



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária/Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2220/15	DATA: 27/10/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h47min	TÉRMINO: 19h04min	PÁGINAS: 91

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUIDO MANTEGA - Ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e ex-Ministro de Estado da Fazenda.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Invocando a proteção divina e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 20 de outubro.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da Ata.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Dispensada a leitura da Ata, a pedido Deputado Miguel Haddad.

Em discussão a Ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Sras. e Srs. Parlamentares, iniciaremos agora a audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Guido Mantega, ex-Presidente do BNDES, de novembro de 2004 a março de 2006, em atendimento aos Requerimentos nºs 53, do Sr. Carlos Melles, 78, do Sr. Miguel Haddad, 85, do Sr. Lucas Vergilio, 127, do Sr. José Rocha, e 179, do Sr. Arnaldo Jordy.

Informo que o depoente falará na qualidade de testemunha. Os Deputados interessados em interpelar o depoente deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Guido Mantega. Tomado assento à mesa, informo que V.Sa. prestará depoimento na qualidade de testemunha, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o de que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre V.Sa. as penas relativas ao falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Guido Mantega, para que possa firmar o compromisso perante esta Casa e esta CPI.



O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Presidente. *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa. Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Guido Mantega, para as suas considerações iniciais, pelo tempo de 10 minutos. V.Sa. tem a palavra.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar o Presidente da CPI, Deputado Marcos Rotta, o Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad, os Srs. Deputados e Deputadas, o Sr. Deputado André Fufuca e demais participantes desta audiência. Inicialmente, quero agradecer a possibilidade de ter transferido esta reunião da data anterior para esta data, por motivo de saúde na minha casa. Coloco-me à disposição desta Comissão para esclarecer todos os pontos que estejam a meu alcance. Se houver algum ponto em que eu não tenha o esclarecimento imediatamente, providenciarei para remeter a esta Comissão as informações requeridas. Eu trouxe uma breve apresentação, para introduzir a questão da minha participação, como Presidente do BNDES, e também para falar das relações entre o Tesouro e o BNDES, no caso da transferência de recursos do PSI. *(Segue-se exibição de imagens.)* Eu fui Presidente do BNDES por um curto espaço de tempo, desde novembro de 2004 até março de 2006. Nesse período, praticamente tivemos um ano cheio de gestão, que foi o ano 2005, e, nesse ano, a liberação de recursos foi da ordem de 47 bilhões, sendo que 23,4 bilhões foram para a indústria; 15,8 bilhões, para a infraestrutura; 4,1 bilhões, para a agropecuária; e 3,7 bilhões, para comércio e serviços. Em 2008, nós tivemos o início da chamada grande recessão mundial. Essa crise abalou o Sistema Financeiro Internacional, causando uma paralisação do crédito em escala mundial. Os bancos não emprestavam para os outros bancos. O interbancário secou. Havia uma desconfiança, não se sabia se o tomador do crédito poderia devolvê-lo. Isso ocorreu em todos os países. Essa paralisação do crédito acarretou também uma paralisação da atividade econômica. Então, todos os países tiveram uma redução drástica da sua atividade econômica. Vários países procuraram reagir a essa falta de crédito e de atividade econômica, particularmente os Estados Unidos, a China e outros países que buscaram colocar um volume grande de crédito em circulação na economia mundial. Ao longo desse período, foram colocados mais de 10 trilhões de dólares de



crédito para enfrentar essa crise. O Brasil também tomou medidas anticíclicas para atenuar os impactos dessa crise na nossa economia. Mas, é claro que as nossas medidas foram muito mais modestas do que as tomadas, por exemplo, pelos Estados Unidos, pela China e por outros países. O Brasil fez um programa de aumento do crédito para o consumo e para o investimento, para retomar o consumo e o investimento. E a parte que coube ao BNDES foi justamente a parte da reativação do investimento. Foi aí que a União transferiu recursos para o BNDES, para que houvesse crédito para reativar o investimento da economia. São as cifras que estão aí demonstradas. Podemos ver que o grosso dos recursos emprestados para o BNDES foram, em 2009, 105 bilhões, e, em 2010, 107 bilhões, justamente no período inicial dessa crise. Naquela época, não achávamos que a crise iria se estender por tantos anos. E, nos anos sucessivos, também foram colocadas cifras menores, mas ainda expressivas, conforme está mostrado nesse gráfico. Algo como 400, 450 bilhões de reais foram emprestados do Tesouro para o BNDES. Em 2009, foi criado o Programa de Sustentação do Investimento. Esse programa foi o que mais absorveu esses recursos que foram emprestados para o BNDES. O Programa de Sustentação do Investimento é constituído fundamentalmente de financiamento para bens de capital: financiamento de máquinas, de equipamentos, de ônibus, de caminhões, de tratores, etc., financiamento para os setores rural e urbano. Era um financiamento que poderia ser usado por qualquer empresa de qualquer setor que quisesse fazer investimentos. Portanto, seu objetivo era, num período em que o investimento se contrai — e isso é normal, quando se tem uma crise internacional, a primeira coisa que cai é o investimento —, estimular o setor privado a retomar os investimentos. Essa linha do PSI é uma linha repassada pelo BNDES e, principalmente, pelos bancos que trabalham com o BNDES, bancos privados e bancos públicos, que são os agentes financeiros do BNDES. O total de recursos emprestado pelo PSI, até 2014, foi de 360 bilhões. Estes 365 que vocês estão vendo têm 5 bilhões de 2015. Então, o grosso dos recursos foi emprestado até 2014. E vamos ver qual foi o resultado desse programa. Esse programa era naturalmente aprovado pelo Congresso, com todas as regras estabelecidas e implicava numa equalização da taxa de juros. Ou seja, os juros que o tomador do crédito pagava eram menores do que o custo dos juros para o BNDES. Então, havia uma



equalização, um subsídio a ser pago pelo Governo por esse programa. No quadro seguinte, nós podemos ver a torre azul, que é o total de empréstimos fornecidos pelo BNDES a cada ano. Claro, em magnitude maior porque o BNDES, além dos recursos do Tesouro, possui seus próprios recursos. Vamos pegar o período de crise: em 2009, o BNDES liberou 132 bilhões de reais de crédito; em 2010, 126 bilhões de reais, e assim por diante. Mas, o mais importante que eu quero ressaltar, que é mostrado por esse gráfico, é o resultado disso sobre o investimento. Nós podemos ver que o investimento foi mudando de patamar. Começou num patamar de 16%, 17% do PIB. O que está aí, a curva vermelha, é participação do investimento sobre o PIB. E nós notamos uma elevação muito forte do investimento a partir do aumento do crédito do BNDES. É uma correlação inquestionável que está aí demonstrada. Com isso, o patamar do investimento cresceu muito no Brasil e chegou a permanecer, durante os 5 anos, que vão de 2010 a 2014, próximo de 20% do PIB, uma marca que o Brasil não tinha alcançado. É bom lembrar que nós estamos em plena crise econômica mundial, e é um período em que os países não estão aumentando investimentos. No início, todos tiveram forte queda nos investimentos. No entanto, a partir desse programa, que deu condições vantajosas para que o investimento fosse feito, houve aumento do investimento. Esse investimento foi muito importante para acelerar o crescimento da economia brasileira, acelerar o crescimento de maneira virtuosa. Por que virtuosa? Porque, quando o crescimento é puxado por investimento, significa que está havendo inovação tecnológica, está havendo qualificação da mão de obra, estão sendo gerados empregos mais qualificados. Digamos que foi muito bem-sucedido esse programa, e os números estão demonstrando isto. No eslaide seguinte, a torre azul é o PIB brasileiro e a torre vermelha é quanto cresceu o investimento naquele ano, é o crescimento do investimento naquele ano em relação ao ano anterior. Nós podemos notar que, nesse período em que aumentam esses recursos, 2008, o investimento já estava sendo estimulado e, portanto, já estava crescendo. Em 2007, nós tivemos 12% de crescimento do investimento e o PIB de 6%. Em 2008, tivemos 5% de PIB e 12,7% de crescimento. Em 2009, todos os países tiveram uma queda do seu PIB, mas a nossa queda foi menor. Nós tivemos um PIB negativo de 0,24%. Só para lembrar os senhores, os Estados Unidos, nesse ano, tiveram um PIB



negativo de 2,5%; a União Europeia de 4,5% negativo, e o Japão de 5% negativo. Portanto, tivemos, digamos, uma situação mais favorável, e o investimento caiu um pouquinho, 1.9%. Em compensação, em 2010, nós tivemos um grande crescimento. O investimento cresceu 17,8%, mostrando que aquele aumento do crédito do BNDES e o Programa PSI levaram a um aumento do investimento. Em 2011, o crescimento foi de 6,6%. É bom lembrar que o crescimento naquele ano foi em cima do que cresceu no ano anterior — então, está-se acumulando um volume de investimento —, e assim por diante, até 2014. Em 2014, o investimento não foi bem, mas eu diria que, num bom conjunto de anos, nós tivemos um resultado bastante favorável. Nós podemos ver que o aumento do crédito ao BNDES e o Programa PSI nos permitiram elevar as taxas de crescimento do PIB. O investimento puxou o crescimento do PIB, e o PIB foi maior do que seria se esse programa de investimento não estivesse sendo implantado. E, quando há um crescimento do PIB, há um aumento de arrecadação. O Governo arrecada mais e tem um resultado fiscal melhor. Mesmo na crise, em que vários países tiveram queda de resultado fiscal, tiveram resultado fiscal negativo, em que aumentou o endividamento de vários países, aqui no Brasil, nesse período, o endividamento, com exceção de 2009, se não me engano, não aumentou, graças a um crescimento maior do PIB e, portanto, da arrecadação. Nós podemos ver, no gráfico seguinte, uma relação entre o consumo das famílias, o PIB e a formação bruta de capital, que é o investimento. Em vermelho está o investimento; o consumo das famílias está em azul, e, em preto, está o PIB. Com base em cem, em 2005, nós podemos ver que o que mais cresceu, nesse período, foi o investimento. Portanto, tivemos um crescimento de boa qualidade no País nesse período. É claro que, antes de a crise começar, o nosso crescimento era maior e, depois que começou a crise, que, diga-se de passagem, dura ainda, até os dias de hoje, o nosso crescimento é menor. Mas o investimento ficou num patamar elevado. Quando nós fizemos esse programa, sabíamos que havia um custo. O PSI era um programa que exigia subsídios, para o qual havia subsídios, era um programa que buscava oferecer a aquisição de um trator ou de uma máquina a uma taxa de juros mais baixa, para permitir, inclusive, que as empresas brasileiras pudessem competir com as empresas de outros países. Sabemos que as taxas de juros em outros países, principalmente para investimento,



são muito menores do que as nossas taxas no Brasil. Eu posso dizer que os subsídios que foram pagos a esse programa mais do que compensaram o aumento de arrecadação que nós tivemos em razão de a atividade ser maior, o aumento de arrecadação que foi constituída pelo aumento, pelo crescimento. Para finalizar, o último eslaide mostra que, nesse período, houve um aumento de empregos, um aumento... *(Pausa.)* Pensei que nós tínhamos um acompanhamento musical; não especialmente para mim, suponho. Esse é o crescimento do emprego por ano, em milhões. Por exemplo, em 2009, houve 1 milhão e 800 mil novos empregos; em 2010, 2 milhões e 900 mil. Esse foi o ano em que mais cresceu o emprego, foi o ano em que houve o efeito daqueles 200 bilhões de reais que foram aportados ao BNDES, e assim por diante. Então, houve, aqui no Brasil, um fenômeno diferente do que houve em outros países, porque, na maioria dos outros países, a crise provocou um forte aumento do desemprego. O desemprego na União Europeia chegou a 15%; nos Estados Unidos, a 10%, e assim por diante. E, aqui no Brasil, em razão da política anticíclica, em razão de políticas como essa que fizemos, houve aumento do emprego e, portanto, queda do desemprego. Então, quando há aumento do emprego, isso significa aumento de arrecadação da Previdência. Todos sabemos que a Previdência é o maior gasto que tem o Estado brasileiro — um gasto que se aproxima de 440 bilhões de reais. Portanto, a despesa só sobe. Como em todos os países, a população vai ficando mais idosa, envelhece. Então, há mais aposentados, e precisamos ter uma arrecadação contínua. Quando estão expandindo as atividades, expandindo emprego, aumenta a arrecadação. O problema ocorre quando não se consegue fazer isso. Há o desemprego e, aí, passa a haver uma queda da arrecadação e passa a haver um déficit maior. Então, eu diria que nós conseguimos, portanto, aumentar o PIB, aumentar o investimento e aumentar o emprego com esse programa que foi apresentado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Por solicitação do Relator, o Deputado José Rocha, está substituindo-o à Mesa o Sub-Relator, Deputado André Fufuca, a quem vou conceder a palavra pelo tempo de 10 minutos.

Na sequência, nós vamos ouvir os três autores de requerimentos de convocação. Concederei a palavra a S.Exas. por ordem de inscrição.



Com a palavra o Sub-Relator, Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Exmo. Sr. Presidente; Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad; Sras. e Srs. Deputados; ex-Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, a quem cumprimento em nome da Mesa, sabemos que mais do que plausíveis são as razões de V.Sa. não ter vindo aqui em outros episódios. Inclusive, torcemos para que Deus abençoe e que tudo dê certo com sua esposa.

A sua apresentação foi muito bem frisada, resumida e tenho certeza de que esclareceu alguns pontos em relação ao que temos de dúvidas sobre o BNDES. Porém, eu tinha anotado alguns questionamentos e peço à V.Sa. que os responda, porque irão ajudar bastante no que diz respeito a esta CPI.

V.Sa., em 2009, decidiu dar crédito barato a empresas, com a intenção de estimular a atividade econômica, que sofria efeitos da crise global. Desde então, o volume total de empréstimos do Tesouro ao BNDES saltou de cerca de 40 bilhões para 455 bilhões. Os recursos foram emprestados a taxa de juros próximos à Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, bem inferior ao custo médio com que o Tesouro se financia, que acompanha a taxa SELIC.

No ano passado, o custo com subsídio para os financiamentos ao BNDES dobrou em relação a 2013, somando 21,3 bilhões. Essa estratégia contribuiu para aumentar a inflação, e não houve aumento na taxa de investimento da economia.

Em sua opinião, essa política foi acertada? V.Sa. não acha que foi um pouco inconsequente aumentar em dez vezes o crédito em 5 anos?

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, nós estávamos num período de crise da economia mundial. Portanto, se não houvesse um estímulo específico, um atrativo para que os empresários de todos os setores pudessem fazer investimentos, eles não ocorreriam. Então, o que nós teríamos a perder é muito maior do que nós tivemos a pagar. Então, essa diferença entre TJLP e a Selic é uma característica do Brasil. O Brasil costuma ter taxa básica de juros maior do que praticada em outros países. Esse é um problema que, um dia, estará sanado. Tivemos momentos, por exemplo, em 2012 e 2013, em que houve uma aproximação da TJLP da Selic. A Selic foi 7,25. Portanto, estava muito próxima. O senhor está falando do subsídio implícito, aquele que advém da diferença entre a captação do Tesouro no mercado,



que tem por base a Selic, e o custo do recurso para o BNDES, que é a TJLP. Então, nos momentos em que há uma aproximação entre essas taxas, esse custo seria minimizado, e o foi. Em 2012 e 2013, por exemplo, o subsídio foi muito pequeno. Ele se torna maior no momento em que há uma necessidade de subir a Selic, momentos em que, por exemplo, se tem um surto inflacionário, como aconteceu no ano em curso, em que o Banco Central é obrigado a subir a Selic. Mas isso não é algo permanente, isso é algo passageiro, porque a meta não é ficar com uma taxa tão alta. Então, no médio prazo, quando essa inflação for debelada — e ela está sendo debelada, ela será menor nos próximos anos —, futuramente, a Selic será menor. A TJLP também já subiu. Hoje ela é 6,5. Então, quando isso acontecer, esse subsídio do BNDES, subsídio implícito, que não é um custo financeiro, não é um custo primário, ele será minimizado, digamos, maximizando as vantagens de se ter esse procedimento. Então, eu não acho que foi um volume excessivo de recursos, eu acho que foi de bom tamanho. Mas também, em 2014, eu já dizia que foi, digamos, aquilo que devia ser feito e que não deveria continuar, porque senão fica com recursos ilimitados.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Passemos adiante, porque há vários oradores inscritos.

Por qual motivo V.Sa. apoiou e promoveu fomento de megafusões, originando prósperos monopólios, por exemplo, no ramo das telecomunicações, setor de carne e processamento destas? V.Sa. tem algo contra o instituto da livre concorrência?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, absolutamente. Eu acho que justamente as fusões se dão numa economia onde o setor privado está saudável, em que se tem um mercado de capitais mais ativo. Ele é um sinônimo de atividade do mercado de capitais. E nós tivemos um forte crescimento no mercado de capitais no Brasil nesse período. Então, eu diria que as fusões são feitas pelo setor privado. O setor privado é que tem interesse em fazer as fusões.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Partindo dessa premissa que V.Exa. retrata aqui, por quais motivos tais fusões resultaram em perdas substanciais dos postos de trabalho?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu não sei a quais fusões o nobre Deputado se refere, mas diria que houve muitas fusões no Brasil nesse período. Principalmente



antes de 2008, 2009, o Brasil fez muitas fusões e aberturas de capitais, IPO. E elas levaram a mais empregos. Sinceramente, eu não sei a quais o nobre Deputado se refere.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Vou citar aqui apenas um exemplo, um exemplo de uma operação que, inclusive, foi frustrada, do Pão de Açúcar e Carrefour. Partindo inclusive dessa premissa dessas funções, de acordo com o próprio BNDES, em 2014, os desembolsos totalizaram 188 bilhões para as micro e pequenas empresas. Foram desembolsados 24% desses recursos, e apenas 14% foram direcionados para as médias, ou médias a grandes empresas. Já para as grandes empresas, que podem se financiar no Sistema Financeiro Nacional, foram direcionados nada menos que 118 bilhões, um montante que representa nada menos que 63% de todos os desembolsos do BNDES.

O BNDES privilegia grandes empresas? Essa é a primeira pergunta que eu lhe faço.

Qual o posicionamento de V.Sa. no caso da malfadada tentativa de operação entre os grupos Pão de Açúcar e Carrefour? E a terceira que S.Sa. irá responder: por que o BNDES não direciona sua atuação para empresas que atuam em regiões de baixo índice de desenvolvimento humano? Por favor.

O SR. GUIDO MANTEGA - A primeira resposta é em relação Pão de Açúcar/Carrefour. Nenhuma participação. Eu não estava no Banco, então não sei como foi feita e se foi feita essa operação. Eu acho que ela não foi realizada, se não me falha a memória. Mas eu não estava no banco, então não tenho conhecimento. Em relação a... O BNDES é um banco de fomento para todas as empresas, e não só para grandes, pequenas e médias. Se não me engano, em 2014, para pequenas e médias empresas, foram emprestados 60 bilhões de reais, que é uma cifra bastante importante. É claro que o conjunto do PIB, o grosso do investimento, é feito pelas 800 maiores empresas do País, e o BNDES empresta para essas 800 maiores empresas do País. Não é uma questão de predileção, mas é uma questão de facilidade. O BNDES, para fazer um empréstimo, ele faz exigências. Ele exige que a empresa tenha um projeto sólido, que a empresa dê garantias, que aquele projeto seja bem sucedido, etc. Então, faz as exigências para todos os segmentos. Eu acredito que não é uma questão de seleção, é que é mais fácil, talvez, para as



grandes empresas terem acesso aos programas do BNDES. O BNDES faz programas, por exemplo, na área de infraestrutura. Na área de infraestrutura, é difícil ter empresas pequenas e médias. A infraestrutura do Brasil é uma prioridade que sempre existiu antes do nosso Governo, e o BNDES era o principal agente de fomento da infraestrutura — infraestrutura energética, de transporte e tudo mais. Então, são grandes empresas que estão nesse setor. Não há uma predileção, mas houve, sim, um esforço do BNDES ao longo desses anos para aumentar a sua carteira de pequenas e médias empresas e também para atender regiões mais pobres do País. E houve um aumento. Eu não sei de cabeça, mas eu posso até lhe encaminhar esses dados. O percentual dos financiamentos do BNDES que foram para Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram aumentando em relação à Região Sul e Sudeste. Então, em linha com a preocupação do nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Para encerrar. Todos nós aqui somos seres humanos, e ser humano é sujeito a acertos e a erros; isso faz parte da vida.

Eu pergunto a V.Sa.: à frente do BNDES, no curto período que passou, V.Sa. se arrepende de alguma decisão? E eu lhe pergunto: alguma dessas decisões à qual coube o seu arrependimento acarretou sérias lesões à integridade econômica do nosso País?

O SR. GUIDO MANTEGA - Deputado, eu não me lembro e não me arrependo de nenhuma decisão, porque não eu me lembro de nenhuma decisão que tenha causado prejuízo ao BNDES. Foi um período muito curto, eu já não me lembro muito bem, faz mais de uma década que lá eu estive, o BNDES era bem menor do que é hoje, fazia um volume de operações bem menor. Francamente, eu não me recordo. Eu acredito que foi bem, porque o BNDES, naquele ano, aumentou o lucro, por exemplo. Quer dizer, aumentou o volume de crédito concedido em relação ao ano anterior. Aumentou a lucratividade do banco dentro de padrões de segurança, ou seja, com um nível de inadimplência baixo, como é tradição do BNDES. Portanto, eu não vejo nenhum sinal de algo que tenha podido vir a prejudicar o banco.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, eu me considero parcialmente satisfeito. Logo que houver alguma indagação a fazer, eu pedirei novamente a palavra para fazê-la.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço ao Sub-Relator, agradeço ao Sr. Guido Mantega.

Passemos agora a palavra aos autores dos requerimentos de convocação de S.Sa., o ex-Ministro e ex-Presidente do BNDES Guido Mantega.

Inicialmente, concedo a palavra ao Deputado Miguel Haddad pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Guido Mantega, na sua exposição, o senhor fala da importância dos desembolsos e da taxa de investimentos. Os dados que eu tenho não vão muito ao encontro das informações que o senhor faz.

Em 2006, os investimentos, os desembolsos foram de 52 bilhões aproximadamente e a taxa de investimento de 16,4%. Em 2013, o desembolso foi de 190 bilhões, quatro vezes maior, e a taxa de investimento foi 18,2%, 2,2% a mais. Eu não vou aprofundar esse tema. Eu só fiz a observação, porque a taxa de investimento não cresceu na proporção do desembolso. O reflexo não foi proporcional.

Eu queria fazer uma indagação. Durante a sua gestão no Ministério da Fazenda, do início 2006 até o final 2014, houve um gigantesco aumento do volume de aportes do Tesouro para o BNDES. O saldo dos empréstimos do Tesouro para o BNDES saltou, passou de 43,207 bilhões de reais, no final de 2008, para quase meio trilhão de reais, 470,676 bilhões, isso no final de 2014. Para se ter uma ideia, isso equivale aproximadamente a 10% do PIB de 2013.

Nesse período, em termos absolutos e percentuais, quanto desse dinheiro foi emprestado pelo Tesouro ao BNDES nos Governos Lula e Dilma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Sa. quer fazer pergunta e resposta? (*Pausa.*)

V.Sa. tem a palavra, Sr. Guido.

O SR. GUIDO MANTEGA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não sei se entendi. A pergunta é: quanto desses aportes, desses 470 bilhões foram feitos no período Lula e Dilma?

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O que eu queria saber é, nesse período, em termos absolutos e percentuais, quanto desse dinheiro foi emprestado



pelo Tesouro ao BNDES nos Governos Lula e Dilma? Refiro-me a recursos do Tesouro.

O SR. GUIDO MANTEGA - Perfeitamente. Do Tesouro, é aquele quadro que eu mostrei. No período Lula, nós tivemos 230 bilhões aproximadamente até 2010; no período Dilma, mais ou menos, duzentos e poucos bilhões, mais ou menos equilibrado, parecido.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Esse aumento não se deve, em nenhuma hipótese, a um crescimento vegetativo, até porque os números iniciais e os números finais são bastante significativos. Entregar quase meio trilhão de reais de Tesouro ao BNDES somente poderia se dar em razão de uma decisão de Governo, por uma decisão do mais alto escalão.

Eu gostaria de saber como foi tomada essa decisão, quem participou dessa tomada de decisão no caso do Governo Lula e no caso do Governo Dilma. Quem tomou a decisão, como foi tomada e quem assinou?

O SR. GUIDO MANTEGA - Esses aportes são feitos por lei. Portanto, eles são discutidos com o Congresso. A tomada de decisão é da equipe econômica e do Chefe do Executivo, que tomaram a decisão de fazer um programa anticrise. Esse programa é anticrise. O PSI, Programa de Sustentação do Investimento, é uma decorrência dessa transferência do Tesouro. Esse programa foi discutido amplamente na sociedade, em vários fóruns. Provavelmente, houve reunião do Conselho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e finalmente discutido com o Congresso, que tem a palavra final sobre isso. Então, é a equipe econômica com o Chefe do Executivo, em conjunto com a sociedade, com vários fóruns da sociedade. Deve ter tido reunião com a CNI, com a FIESP, enfim, conversávamos com todos esses segmentos, para que houvesse inclusive sugestões da sociedade e, finalmente, o Congresso aprovava.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Esses segmentos corroboram, apoiam a tomada de decisão, mas essa é uma decisão feita pelo Ministro e pelo Presidente. É isso? O Presidente da República e o Ministro que tomam a decisão política de um aporte de 450 bilhões para uma política de estimular o desenvolvimento, os investimentos. Essa foi uma medida tomada junto com Presidente Lula e junto com a Presidenta Dilma?



O SR. GUIDO MANTEGA - Posso complementar, Deputado Miguel. Na verdade, nós fizemos um programa completo anticrise. Não há só essas medidas que estão aqui. Nós fizemos um complexo de medidas que buscavam, por exemplo, fomentar o crédito privado. Os bancos públicos que trabalham na área de varejo, etc., também foram chamados a participar. Nós fizemos também desonerações de tributos. Por exemplo, o IPI de linha branca, de material de construção, tudo isso foi amplamente discutido com a sociedade. Nós criamos, em 2009, um grupo que se chamava GAC — Grupo de Acompanhamento da Crise. Esse grupo tinha 40 entidades de todos os segmentos, os presidentes de todos esses segmentos da atividade econômica, do setor de serviço e tudo mais. Então, era um momento em que a sociedade discutia. Mesmo assim, o que nós fizemos? Foi semelhante ao que vários outros países fizeram, em escala muito menor, porque, no nível do G-20 — nessa época surgiu o G-20 —, os países procuravam ter uma ação conjunta para combater a crise, que iria trazer muitos prejuízos para todo mundo. Discutiam-se ações anticíclicas que deveriam ser tomadas. Então, eu diria que essa ação foi tomada junto com outras, faz parte das ações anticíclicas tomadas em conjunto pelo Governo e pela sociedade.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD – O que não teve muito sucesso, né? Se pegarmos os índices, vamos ver que não teve grande sucesso. Nós estamos falando, ex-Ministro Guido Mantega, de quase 10% do PIB. É perfeitamente compreensível que se tome medidas de estímulo ao investimento, como redução de impostos, de IPI, como foi o caso dos eletrodomésticos, na questão dos automóveis. Quando nós falamos em 10%, quase 11% do PIB, essa não é uma decisão tomada de forma isolada. Por isso, volto a insistir na minha indagação. Essa foi uma decisão tomada com anuência do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando do seu mandato, e da Presidenta Dilma, durante seu mandato. É sim ou não, Ministro? Simplesmente sim ou não.

O SR. GUIDO MANTEGA - É claro, porque nós estamos falando de leis, e as leis são encaminhadas ao Executivo, assinadas pelo Presidente, pela equipe econômica. Só gostaria de me permitir discordar de V.Exa. em relação ao resultado disso, porque eu acabei de mostrar, em números, que o resultado foi muito positivo. O investimento chegou no seu patamar mais elevado no País e lá permaneceu por 4



ou 5 anos. O nosso problema é que a crise continuou. Então, a gente estava navegando com o vento contrário. Isso não permitiu um sucesso maior. Agora, o sucesso está nos números. Basta ver os números, que eu diria que tivemos sucesso.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Ministro, em relação aos números — e basta perguntar a qualquer pai de família —, há hoje uma crise de desemprego; uma inflação que já está em dois dígitos; um PIB que está em torno de zero, está negativo. Não há como nós afirmarmos que a economia e que as medidas adotadas em relação ao estímulo foram positivas, no instante em que o mundo todo retoma o seu crescimento, como é o caso dos Estados Unidos e da China, que diminuiu um pouco os investimentos, mas ainda continua com patamares elevadíssimos. Afirmar que nós tivemos acerto é ir contrário a toda a nossa realidade.

Mas eu também não vou, Ministro Guido Mantega, aprofundar-me nisso também. Isso é só uma afirmação. Mas eu posso garantir-lhe que esse é o sentimento da população, é o sentimento de todo o brasileiro que está desempregado e que tem seriíssimas dificuldades para ir ao supermercado, à feira, à padaria e à farmácia. Com o corte que houve agora, recentemente, mais de um milhão de pessoas ficarão sem remédios no Brasil. E muitos desses remédios são de uso contínuo.

Mas eu queria ir para uma terceira pergunta. Parte do dinheiro repassado pelo Tesouro ao BNDES foi parar nas mãos de empresas acusadas ou já condenadas pela Operação Lava-Jato de pagarem propinas ou doações previamente combinadas, quando faziam esse tipo de acerto com as operadoras do sistema para o PT e para outros partidos de base aliada. Calcula-se que o montante do dinheiro desviado, pelo que já foi apurado apenas na Operação Lava-Jato, até agora, seja de aproximadamente 474 milhões de dólares. O senhor tinha alguma informação sobre a existência desse mecanismo de desvio de dinheiro público? O senhor fazia ideia de que parte desse aporte gigantesco do Tesouro para o BNDES seria utilizado para financiar o projeto de poder, o projeto de permanência do PT no poder?

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, esse repasse do dinheiro foi em um período em que eu não estava no BNDES, mas tenho certeza de que o BNDES repassou para as empresas que estavam habilitadas por regras — repito — muito



rigorosas. É por isso que a inadimplência do BNDES é menor do que a inadimplência dos bancos privados. Depois, se na sequência houve alguma irregularidade, provavelmente, o BNDES não podia saber que iria ocorrer essa irregularidade. Mas tenho certeza de que, quando ele liberou o dinheiro, estavam todas as condições corretas e adequadas para isso. Agora, se me permite voltar, V.Exa. mencionou que o projeto de estímulo de recursos no BNDES teria fracassado e cita os dados de hoje, a inflação mais elevada, o PIB caindo e o desemprego.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Desculpe-me, eu não disse do BNDES, mas digo a política econômica.

O SR. GUIDO MANTEGA - Pois não, a política econômica, perfeitamente. Então, eu quero dizer que nós tivemos um longo período em que esta política de desenvolvimento que foi feita teve um excelente resultado, porque nós não podemos pegar um único ano e dizer que nesse ano não deu certo, mas nos outros 5, 6 ou 7 anos deram certo. Então, eu diria que não é exceção que vai nos dizer da correção da regra. Então, nós tivemos anos em que tivemos um excelente resultado, porém, eu sempre digo que a crise não acabou, pelo contrário. Nós estamos vendo agora a entrada da terceira fase da crise mundial. Ela teve três fases: a primeira, os Estados Unidos, o epicentro; a segunda foi a Europa, em 2012; e, agora, o epicentro são os países emergentes. Os países emergentes todos estão desacelerando, tendo desvalorização cambial, tendo fuga de recursos. A China está desacelerando fortemente e nós temos uma queda do preço das *commodities*. E como o Brasil é um exportador de *commodities*, nós estamos faturando menos, nosso PIB está menor. Então, nós vivemos um momento difícil. Eu diria que 2015 será o pior ano para os países emergentes, por causa, principalmente, da desaceleração da China, que é persistente. Ela vai continuar. Ela acabou de mostrar um resultado e ela vai continuar. Nós estamos no mesmo barco que os países emergentes. Agora, o Brasil tem condições de superar essa situação, fazendo uma série de deveres de casa, porque o Brasil mantém ainda a solidez. Onde está a solidez do Brasil? Nós temos muita reserva. Nós temos 370 bilhões de reserva, que nos permite... Em superadas as dificuldades, que, de fato, existem e que estamos enfrentando, e no ano de 2015 tivemos um pouco dessas dificuldades de 2014, o Brasil tem condições, depois de superar uma série de problemas, de voltar a crescer a taxas melhores.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu quero retomar. Primeiro, Ministro, sinceramente, nós temos hoje um quadro nacional muito difícil, a economia em recessão, problemas seriíssimos e o trabalhador vem pagando esses erros. Basta ver a questão da conta de energia, cujo valor diminuiu para subir.

Quero retomar a questão do BNDES. Não estou aqui dizendo que as operações do BNDES foram irregulares, mas é no mínimo suspeito, no mínimo, quando saltamos de 50 bilhões para mais de quase 10% do PIB, e uma boa parte desses recursos alimentou a Operação Lava-Jato. Uma parte desses recursos foi para propina, para a corrupção. O senhor era Ministro, o senhor não era Presidente do BNDES. Eu vou voltar a indagar se o senhor tinha alguma informação. O senhor tinha alguma suspeita de que essas obras eram financiadas pelo BNDES, independentemente da lisura da operação junto ao BNDES? O senhor sabia desse aumento por parte do Tesouro de repasse ao BNDES que, de alguma forma ou de outra, beneficiou grandes empresas? O senhor sabia que no transcorrer, tanto da CPI da PETROBRAS como da apuração da Lava-Jato, constata-se claramente que esses recursos alimentaram esse processo de corrupção, esse processo de propina? O senhor suspeitava?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu não suspeitava nem poderia, porque eu estava distante. Eu não estava na operação do BNDES. Eu só fui Presidente do BNDES por 1 ano. Portanto, esses empréstimos devem ter sido feitos em outro período. Agora, eu quero insistir que, pelos dados do BNDES, pelo nível de inadimplemento do BNDES, não houve, digamos, operações malsucedidas, porque hoje é menos de 1% o inadimplemento do BNDES. O inadimplemento dos bancos privados está na faixa dos 3%. Então, veja, é normal que, de cada 100 empreendimentos, nós sabemos que um, dois ou três empreendimentos podem não dar certo, mesmo tendo sido feitos totalmente na regularidade. Então, veja, os indicadores que nós temos do BNDES é que o BNDES foi muito bem-sucedido nos empréstimos que fez. E, portanto, tem recebido dinheiro de volta, tem tido lucro no BNDES, e a inadimplência é baixa. Então, não vejo sinais, vamos chamar assim, de empréstimos malfeitos. Mas, como eu lhe disse, eu não posso responder pelo BNDES, porque eu não estou na Presidência do BNDES há muito tempo. Então, isso é uma pergunta a ser feita para os atuais responsáveis.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu acho que também concordo que nenhuma operação foi malsucedida. As empreiteiras ganharam, uma parte da classe política ganhou, vários partidos ganharam e quem perdeu foi o povo brasileiro. Esses empréstimos, esse salto de 50 bilhões para 500 bilhões beneficiou as empresas, as empreiteiras, a classe política e os partidos, e todos nós pagamos a conta. Dependendo da visão, pode ter sido bem sucedida.

Eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Ainda na fase de concessão da palavra aos autores dos requerimentos, concedo a palavra a S.Exa. Deputado Arnaldo Jordy, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, nosso Relator.

Convidado Dr. Guido Mantega, eu queria fazer umas perguntas a V.Sa.

Apesar do registro feito há pouco de que V.Sa. passou só 1 ano à frente da Presidência do banco, V.Sa. ocupou cargos como Ministro da Fazenda e Presidente do BNDES, e, por dever de ofício, acompanhava, digamos assim, a dinâmica e o comportamento da instituição.

Mesmo com a decisão do Governo de suspender os repasses de recursos do Tesouro ao BNDES, o Ministério da Fazenda estima que a União ainda vai arcar com o custo de 184 bilhões nas próximas duas décadas, com empréstimos subsidiados concedidos ao banco, a partir de 2009. Isso consta inclusive de um dos relatórios do Ministério da Fazenda.

Foi nesse período que os repasses feitos em títulos da dívida pública ganharam força. Na ocasião, a equipe econômica, então comandada pelo senhor, decidiu dar crédito barato para as empresas com a intenção de estimular a atividade econômica, isso tudo por conta da crise. Foi uma análise macroeconômica, devido à crise, e isso gerou este, dentre outros desdobramentos que sofriam efeitos da crise global.

Desde então, o volume total de empréstimos do Tesouro ao BNDES saltou de 40 bilhões para 455 bilhões. Inclusive vários economistas, eu não vou me reportar a isso aqui, apontam que o aumento dos repasses para o BNDES não se refletiram em aumento da taxa de investimentos na economia, e isso ainda contribuiu para



alimentar, segundo alguns desses economistas, um processo inflacionário. Isso inclusive é parte da avaliação de um dos ex-Presidentes do BNDES, o Sr. Carlos Lessa, que esteve aqui, nesta CPI.

Eu pergunto ao senhor como se sente sendo o responsável por esse rombo, em um momento de crise como este que o País vive hoje, que tem como uma variável dessas consequências esse acréscimo, esse salto de 40 bilhões para 455 bilhões? Essa era a pergunta que eu queria fazer a V.Exa.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Deputado. Conforme eu mostrei na minha apresentação, a taxa de investimentos cresceu, e muito, no período em que nós transferimos recurso do Tesouro para o BNDES, e o BNDES implementou o PSI. Portanto, eu acredito que houve, sim, sucesso, e, se nós fôssemos computar quanto o PIB cresceu a maior, que não cresceria, é claro, não é fácil fazer esse exercício, mas posso fazê-lo para 2010. Em 2010, se nós não tivéssemos o crescimento do investimento, o PIB teria crescido 3,5%, em 2010, e ele cresceu 7,5%. Então, se nós calcularmos o que significa esse aumento a maior do PIB — 3,5% a maior do PIB —, veremos que ele significa um aumento da arrecadação. Existe uma correlação direta entre crescimento do PIB e arrecadação. Então, quando o PIB cresce de 3% para cima, a arrecadação cresce uma vez e meia daquilo que cresce o PIB. É uma correlação. Então, 3,5% de crescimento a maior do PIB significa um crescimento a maior da arrecadação mais do que 3,5%. Algo como 4,5%, 5%. Então, esse aumento da arrecadação significa que o Governo vai fazer o resultado fiscal melhor. Significa que o Governo terá mais recursos para fazer investimentos, programas sociais e que ele tenha recursos para fazer o primário maior. É uma economia de recursos. Então, só em 2010, quando nós tivemos esse crescimento, e foi o maior crescimento, pudemos mensurar. É claro que eu não posso dizer o que aconteceria exatamente se não tivéssemos feito isso. Não é possível dizer. Não é possível.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ministro, só para dialogar com V.Sa. É evidente que os resultados obtidos em 2010 por conta dessa ação em 2009 são inquestionáveis. O senhor mesmo disse. O ano de 2010 foi o ano da eleição inclusive. Agora, hoje nós temos um déficit, digamos assim, ou um passivo de 184, quase 185 bilhões ainda por conta desse resultado a curto prazo. É essa a pergunta.



O senhor tem razão, eu até concordo que o resultado previsível em 2010 era isso. A minha pergunta é mais elástica do que isso. Eu queria merecer a consideração de V.Sa.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sim. Sr. Deputado, em 2011, nós tivemos um crescimento do investimento que foi para 20,6% do PIB. Em 2012, 19,9%. Então, todos esses anos nós tivemos esse resultado, o investimento puxando o PIB. Mas aí vamos a essa conta que o senhor mencionou. O senhor mencionou um custo de 180 bilhões. Na verdade, não é exatamente um custo. Esse é um cálculo que o Tesouro faz da diferença entre a TJLP e a SELIC. Ele faz esse cálculo para 40 anos, salvo engano, se não me falha a memória, ele fez por 40 anos. Nos próximos 40 anos, o subsídio chamado implícito, aquele que não é registrado, porque ele não entra na dívida, ele não entra no déficit, a contabilidade assim o exige, seria de 180 bilhões nos próximos 40 anos. Só que, para apurar esse resultado, foi feito um cálculo de qual seria a taxa de juros, porque, nós sabemos, nós estamos falando da diferença entre SELIC e TJLP. Só que foi colocada pelas autoridades econômicas uma SELIC muito alta para os próximos 40 anos. Se a SELIC fosse mais baixa, nós poderíamos até ter um resultado próximo de zero. Se a SELIC fosse parecida com a TJLP, que subiu, por sinal, nós não teríamos 180, nem 150, nem 130. Então, esse é um cálculo muito relativo que foi feito, tomando como base uma hipótese de taxa de juros que me parece um pouco ousada, vamos dizer assim, porque eu não acredito que o Brasil vá ficar 40 anos com uma taxa de juros superelevada. Hoje a nossa taxa de juros é uma das maiores do mundo. Vivemos um momento difícil, mas tivemos vários outros momentos em que as taxas eram mais baixas. E eu acredito no sucesso das ações dos Governos que estão aí, que estarão aí, para que a taxa de juros, que a SELIC caminhe para um patamar mais baixo e mais próximo dos outros países. Então, se não me engano, esse cálculo que foi feito foi para uma taxa SELIC de 10%, que é muito alta. Se nós olharmos o panorama dos juros mundial, hoje muitos países têm taxas de juros negativas, não é? Taxas de juros negativas. O FED, 0,25%, menos de 1%; o Banco Central Europeu, 0,25%. Então, a tendência, no nosso País, normalizadas essas situações que existem hoje, será termos uma taxa de juros mais baixa. Então, o cálculo não será este. O cálculo será muito menor do que este. Isso aqui é uma hipótese.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor acha, então, que foi justo esse salto de 40 bilhões de empréstimos do Tesouro ao BNDES para 455,3 bilhões, nesse período? O senhor conclui, portanto, pelo que eu estou entendendo da sua... que for correto.

O SR. GUIDO MANTEGA - É, porque esse recurso, ele não foi gasto; esse recurso foi emprestado. Então, nós temos que saber o seguinte: a União vai obter de volta esse recurso. E como o BNDES não tem falhado, o BNDES vai devolver o recurso à União. Então, não é um gasto. O gasto é o subsídio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sim.

O SR. GUIDO MANTEGA - O subsídio é o gasto. Esse não volta, está certo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Claro, claro.

O SR. GUIDO MANTEGA - É uma despesa. Então, nós temos que olhar o subsídio com aquilo que adveio da ação que causou esse subsídio. E aí o BNDES fez uma... Ele fez um ensaio que eu não sei se veio a esta Comissão, eu não acompanhei todos os depoimentos, mas ele mostra que mesmo esses 180 bilhões foram colocados, que o resultado, o aumento de lucros, o aumento de investimentos e tudo o mais traz um benefício muito maior até mesmo que esses 180 bilhões. Mas eu não disponho aqui, teríamos que perguntar esse... Não sei se veio aqui aos senhores, para termos essa comparação. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Em decorrência disso, Ministro, eu queria fazer a segunda pergunta, que é a seguinte: há diversas obras envolvidas na Operação, na Operação Lava-Jato, que foram financiadas com recursos do BNDES. Segundo levantamento que nós fizemos e que está aí expresso na imprensa, o BNDES teria destinado à PETROBRAS, especificamente, pelo menos 16,6 bilhões para financiar obras, algumas que já apresentavam, inclusive, graves irregularidades, antes mesmo da liberação do dinheiro. Nós vimos aqui o Frigorífico Independência, que já prestou depoimento nesta Casa. Nós temos conhecimento das operações para algumas das empresas do Sr. Eike Batista, inclusive com obras que já delataram aqui nesta CPI, na Operação Lava-Jato, a existência de superfaturamento, quando nós ouvimos, aqui, o depoimento do Sr. Dalton Avancini, fazendo referências claras, inclusive, a pagamento de propina para partidos políticos da base do Governo, por conta desses superfaturamentos, inclusive citando



claramente pessoas que têm esses números, que eu espero que esta CPI possa ouvi-las. Foi o caso de Belo Monte — não é? —, no caso do Sr. Dalton Avancini.

Como é que o BNDES poderia, na sua opinião, ter evitado esse escoamento de dinheiro público? E o BNDES não tem mecanismos para avaliar esse superfaturamento que foi praticado para fazer face ao pagamento de propinas para partidos políticos, como foi aqui em outros momentos, na Operação Lava-Jato, delatado por vários, por alguns empreiteiros?

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Deputado. As perguntas que o senhor me faz estão fora do meu alcance, porque são decisões tomadas no BNDES, são gestões do BNDES muito distantes do período em que eu fui lá Presidente. Então, eu não saberia responder como o BNDES está administrando esse tipo de problema. Certamente, deve ter adotado uma conduta que já deve ter mencionado aqui, imagino, eu não sei. Mas, sinceramente, eu não sei lhe dizer casos aqui mencionados, porque eu não acompanho a gestão, nem poderia acompanhar a gestão de financiamentos do BNDES.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu perguntei a sua opinião sobre isso. O senhor foi Ministro da Fazenda, o senhor foi Presidente da instituição, o senhor conhece os mecanismos da instituição. Eu estou perguntando a sua opinião. Eu não estou pedindo aqui, Ministro, o seu testemunho, claro. Seria uma bobagem da minha parte me referir a situações que não ocorreram *stricto sensu* dentro da sua administração. Eu estou perguntando a sua opinião. O senhor foi o homem forte do Governo durante muitos anos, não só no BNDES, mas como Ministro da Fazenda. E, por dever de ofício, o senhor tinha que acompanhar as coisas do BNDES.

O SR. GUIDO MANTEGA - Bom, na minha opinião, todas as instituições públicas e mesmo as privadas, elas devem reforçar os instrumentos que se chamam de *compliance*, os instrumentos de fiscalização e de prevenção de problemas, porque problemas podem acontecer em qualquer empresa. Nenhuma empresa, mesmo nacional ou estrangeira, empresas americanas, etc., todas elas estão sujeitas a ter alguma fraude, a ter algum problema. Então, o que as empresas, o que as instituições, principalmente as grandes, devem fazer é reforçar os mecanismos de fiscalização, acompanhamento, de modo a evitar que possam, por exemplo, sei lá, financiar uma empresa que está irregular, ou coisa do gênero. Eu quero lhe dizer



que várias empresas têm reforçado isso. Eu não sei especificamente do BNDES, porque não acompanho. O Ministério que acompanha diretamente o BNDES é o Ministério do Desenvolvimento, e participa do seu Conselho e tudo o mais. Portanto, a recomendação que eu faria é reforçar os instrumentos de *compliance*, de fiscalização e de controle, se é que já não os tinha. Aliás, se não me engano, na apresentação...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUIDO MANTEGA - Perdão, Sr. Deputado, na... Escapou-me, desculpe.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Deputado Jordy, por favor!

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, ele que... *(riso)* Deu um branco aí, parece que ele perdeu um pouco o fio da meada, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - É que o pessoal estava aqui, realmente, saindo, conversando,...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - É absolutamente compreensível, claro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Certo. Atrapalhou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Atrapalhou, é natural.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu vou fazer a minha conclusão.

O SR. GUIDO MANTEGA - Mas a resposta eu já dei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pois não. Não sei se o senhor teve conhecimento, Sr. Guido Mantega, de que, nesta CPI, o Presidente do Frigorífico Independência relatou que houve interferência do Governo, aliás, melhor dizendo — abre aspas: *“A interferência do Governo foi crucial para a quebra da empresa”*. Ele alegou que o setor de frigoríficos é competitivo, e, como o Governo entrou de forma não equânime, ou seja, adotou dois pesos e duas medidas em relação a empresas diferenciadas, prejudicou a sua empresa.

O BNDES abandonou hoje a política das campeãs nacionais. Eu pergunto: quem foi responsável por iniciar essa política? O senhor tem conhecimento? O senhor concorda com isso? Nós já ouvimos, nesta CPI, dirigentes, como o ex-



Ministro Miguel Jorge, dizendo aqui que havia essa política claramente, que ele inclusive advoga a política dos *lobbies* de grandes empresas, que ele acha até que tem que ser regulamentada, ao contrário, por exemplo, do ex-Presidente Carlos Lessa, que nega completamente isso, acha isso uma estultice, acha que o BNDES não tem papel, não é papel do BNDES fazer fomentos para articulação de oligopólios que possam disputar mercados, e por aí varia.

Então, eu pergunto ao senhor: quem é o responsável por iniciar essa política? Por que o Banco resolveu abandoná-la? O senhor considera que esse caminho foi correto? Como é que o senhor se posiciona nessa questão, a favor ou contra essa política das campeãs nacionais, e por quê?

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Deputado. Na verdade, sempre houve uma política do BNDES apoiando empresas — grandes, pequenas, médias —, fortalecendo a empresa nacional, dando condições à empresa nacional de competir em pé de igualdade com as empresas estrangeiras, porque as empresas competem. Hoje em dia, nós temos um mercado aberto, nós temos o comércio exterior, que só se intensificou, e isso exige empresas competitivas. Então, eu não vi mudança de comportamento no BNDES em relação a isso. É claro que existem empresas maiores que recebem mais recursos, porque os projetos são maiores. Como eu disse aqui, uma empresa que vai fazer um projeto de infraestrutura, que vai construir uma estrada, que vai fazer uma hidrelétrica, são projetos de grande porte, vai receber mais recursos; é um capital intensivo, e assim por diante. Portanto, eu acredito que essa é a política correta a ser seguida. Tem que haver um esforço para financiar as pequenas e médias empresas, para financiar o segmento rural, e esse esforço foi feito. O BNDES foi criando, digamos, instrumentos. Por exemplo, o Cartão BNDES, quando eu estava lá, ele tinha um alcance pequeno, acho que eram 20 ou 30 mil clientes; hoje são 600 mil clientes, que são justamente os pequenos empresários, para comprar um equipamento, e tudo o mais. Então, o BNDES sempre fez uma política diversificada, e eu acho que essa política sempre significou manter as portas abertas para os empresários que se habilitavam a obter empréstimo e que demonstravam as condições e se enquadravam nas normas do BNDES, que sempre foram rigorosas.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu agradeço, Sr. Presidente. Eu ainda tenho... Depois eu vou me inscrever, com o tempo de Líder. Eu estou encaminhando a V.Exa. Eu fico por aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - O.k., o senhor se dá por satisfeito.

O próximo inscrito é o Deputado Delegado Edson Moreira, com o tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos.

Sr. Guido Mantega, uma coisa é ser pedra, outra coisa é ser vidraça. Então, eu acompanho o senhor desde há muito tempo, nos programas, quando o senhor falava da economia do País, antes do Governo e depois do Governo. Acompanhei os dois. Inclusive, até o assalto, também. O senhor estava naquela casa lá, em 2009, 2010, se não me engano. Houve um assalto, e o senhor estava lá, durante um assalto que houve em São Paulo.

Então, eu vim acompanhando. Eu tenho essa mania de acompanhar os acontecimentos, inclusive, programa político. Tem gente que, em programa político, desliga a televisão. Eu, não; eu costumo chegar e olhar e ver o que a pessoa está falando, o que falou. Até me lembro, num programa do Partido dos Trabalhadores, o senhor estava lá, o senhor falou a respeito da economia, na época, até mal. O Mangabeira Unger falou também, e uns outros lá. Mas isso aí foi só um introito para entrar no...

Quando, no começo, houve os empréstimos para a empresa do Eike Batista, o senhor era o Presidente do BNDES, não era? Foi logo no começo. Quais os critérios para conceder esse empréstimo para as empresas do Eike Batista, e por que, logo depois, veio esse tombo? Não sei se foi no BNDES, dizem que não foi no BNDES, não, mas foi no povo, porque entrou em concordata, e depois entrou em débito. E, justamente, foi o senhor que fez o...

Foi na presidência do senhor no BNDES quando fundiram-se o Unibanco e o Itaú, o Itaú comprou o Unibanco? Houve aporte do BNDES nessa transação?

O senhor falou também que, em 2008, no momento da crise... Mas só teve duas, as empresas automobilísticas e as empresas metalúrgicas, a maioria do ABC,



que tiveram os incentivos do Governo, inclusive para as vendas. O senhor fez a estatística, o senhor mostrou, mas, que eu me lembre, só houve essas duas empresas: a parte da metalurgia, das montadoras, e a parte dos eletrodomésticos; a parte que diziam, assim, que era uma política da linha branca.

O senhor poderia me responder essas perguntas? Por enquanto, eu vou fazer essas perguntas. Depois, eu vou fazer mais algumas, para encerrar.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Deputado. Eu não me recordo se fiz, na minha gestão na Presidência do BNDES, empréstimos para o Eike, porque foram 750 empréstimos feitos nesse período, e não me recordo. Pode ser, posso verificar na relação. Mas, certamente, foi no período posterior a esse que os aportes foram feitos, ou pelo menos o grosso dos aportes. Então, se foi, foi inexpressivo. Também não me recordo do aporte na união do Itaú/Unibanco. Eu acho que essa união foi feita depois de 2005. Então, não foi no meu período que foi feito esse aporte. Mas eu posso verificar, para lhe dar a informação. O senhor está se referindo aos incentivos fiscais da política anticíclica que fizemos começando ainda em 2008, e começaram: a redução de IPI, indústria automobilística...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Foram duas: uma em 2008 e logo no Governo Dilma também houve essa...

O SR. GUIDO MANTEGA - Sim, sim, o tempo todo. Começou, eu disse, em 2008, porque a indústria automobilística representa mais de 20%... Ela tem uma cadeia longa, e representa mais de 20% da produção manufatureira. É por isso que todos os países se preocupam com essa cadeia e querem que ela seja estimulada. Então, começamos por aí. Depois, a linha branca, que são eletroeletrônicos de uma maneira geral. Depois, também material para construção, que é um ativo muito importante para a população que faz o puxadinho, etc. Depois, nós fizemos, para a tecnologia da informação — *laptops*, celulares — a chamada Lei do Bem. Houve várias desonerações nesse período. Nós achávamos que a economia brasileira tinha uma carga tributária elevada, e com uma economia mundial cada vez mais globalizada, se você não tem uma carga semelhante aos concorrentes, você vai dançar nesse processo, você vai ser engolido pelo concorrente. Então, por exemplo, para concorrer com *laptops*, *tablets*, computadores, o que acontecia no Brasil? Era tudo contrabandeado. Você cobrava mais impostos dos nossos, e aí eram trazidos



de fora. Bom, a gente reduziu os tributos e aí começou a fabricar aqui, a produzir aqui. Então, foram várias medidas ou de desoneração ou, a partir de 2008, quando estourou a crise, foram medidas voltadas para estimular uma produção que caía. Por exemplo, a indústria automobilística, no mundo todo, ela despencou em 2008, porque paralisaram as compras, o crédito, etc. Aqui no Brasil ela caiu um pouco em 2008, e em 2009 ela já estava crescendo; e o Brasil tornou-se o quinto maior mercado de consumo de automóveis do mundo. Isso significa empregos que foram criados. Para a concessão desse incentivo, que foi algo público, discutido publicamente, havia um acordo de não demissão. As empresas, para poderem ter isso, não podiam demitir os seus trabalhadores, e eram feitos acordos públicos. É só olhar na imprensa, procurar na imprensa: eu estou lá me reunindo e discutindo abertamente, e assim foi feito. *(Pausa.)* Então, foram feitos esses incentivos. Em 2008 e em 2009 baixou o IPI, mas em 2010 já estava subindo de novo, porque houve uma reação e todos achávamos: “bom, a economia voltou a crescer”. Em 2011 também foi mantido. Agora, em 2012, teve um outro tombo; foi o tombo europeu, e aí nós tivemos novamente que reduzir para que as vendas voltassem a subir e ativassem a economia. Eu recebo uma informação em relação ao aporte do BNDES que teria sido dado para Itaú/Unibanco. Fui informado de que o BNDES não participa de fusões e aquisições de banco. Então, ele não participou da fusão desses bancos que o senhor mencionou. É uma informação que estou lhe dizendo. Então, é isso. Os incentivos fiscais são maiores quando você tem uma crise econômica e você acha que pode estimular. Não são todos que pensam assim. Tem outros colegas meus, economistas, que falam: “Deixa cair, aconteceu com os países europeus”. Mas o pessoal... “Não, a economia vai se reequilibrar; é só fazer um resultado fiscal duro, sólido”, e não aconteceu. É só ver as taxas de crescimento da economia europeia. A economia europeia ficou 2, 3 anos com um crescimento negativo; agora, ela está saindo. É o primeiro ano que ela tem um crescimento positivo. Então, são abordagens diferentes, e nós achávamos que esta era a abordagem correta: você diminui o tributo e, depois fatura mais no tributo; você fatura menos no IPI, mas, como você vende mais, você fatura mais no PIS/COFINS. Obrigado.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu vou ter que me ausentar aqui, mas podem reservar meu tempo, porque tenho de dar uma votadinha lá do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - V.Exa. se dá por satisfeito, Deputado?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não. Eu preciso votar. Depois eu volto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Nós vamos continuar os trabalhos. Ele se dá por satisfeito. *(Riso.)*

O próximo inscrito é o Deputado Sérgio Vidigal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Guido Mantega, quero aqui cumprimentá-lo e também cumprimentar os demais Parlamentares desta CPI.

Sr. Guido, o aporte de recursos do Tesouro Nacional no BNDES, que em 2008 representava 0,59% da dívida mobiliária federal, atingiu em 2015 15,5% da dívida mobiliária, o que, evidentemente, pressiona a dívida pública federal sobremaneira. A dívida pública bruta federal em 2008 era 1,8 trilhão; atualmente, é 3,4 trilhões.

A taxa de investimento, todavia, mesmo o senhor fazendo essa apresentação, não tem acompanhado o mesmo ritmo do crescimento. Só para termos alguns números dos países emergentes, a China tem um investimento de 45% do PIB; a Índia, 32% do PIB, e o Brasil, no primeiro ano deste semestre, está chegando a 17,8% do PIB em investimento. Considerando as baixas taxas de juros aplicadas pelo BNDES e a alta taxa SELIC, os dados do ano passado mostram que a média da taxa de juros aplicada pelo BNDES no ano passado foi de 7,1%, enquanto a inflação foi 6,3%. Então, a taxa de juros real ficou em 0,8% no ano passado, de acordo com os números que nós temos. Então, há um receio de que essas empresas financiadas com recursos do BNDES estejam aplicando o dinheiro delas, o capital próprio, no mercado financeiro, porque remunera muito melhor, até por causa da taxa SELIC.

Eu queria fazer uma pergunta ao senhor: qual foi o mecanismo aplicado pelo Ministério da Fazenda durante a sua gestão, para evitar essa distorção? *(Pausa.)* A



impressão que nos passa é que as empresas hoje preferem aplicar o capital delas no mercado e pegar o financiamento do BNDES, já que a taxa de juros real é 0,8% ao ano.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Deputado. O senhor está comparando a taxa de investimento em 2015, eu estou entendendo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Mas comparando com a de 2010, que o senhor falou que foi vinte ponto alguma coisa, e ela tem reduzido.

O SR. GUIDO MANTEGA - Claro. Comparar com a China, é quase covardia, porque a China é o país do mundo que tem a maior taxa de investimento já há vários anos: 48% do PIB. A China não deve continuar sustentando isso porque já está criando capacidade ociosa. Ela fez tantas ferrovias que não tem passageiro; foram construídas tantas habitações que não tem quem as habite; e assim por diante. Então, ela vai ter que reduzir o nível de investimento. Justamente a China está num processo de reestruturação, que é público, que é discutido publicamente, de diminuir o investimento e aumentar o consumo. Aqui no Brasil a nossa equação é inversa: o nosso investimento era baixo e tem que aumentar, sem necessariamente diminuir o consumo, porque o consumo é necessário, sem consumo não tem investimento. Mas não aumentar o consumo como no passado. Nós trilhamos um pouco isso no gráfico que eu lhe mostrei. Outros países também têm investimento baixo. Nos Estados Unidos o nível de investimento é de 15%, 15,5%. Então, o Brasil, idealmente, deveria ir para um investimento de 23%, 24% do PIB. Tanto que essa era a nossa meta, mas a crise atrapalhou tudo. A crise criou uma série de dificuldades, de problemas novos, de desafios que nos impedem de fazer o que gostaríamos para atingir os objetivos. Agora, houve um avanço. Nós estamos com essa queda que o senhor mencionou, uma queda de 2015, porque em 2015 não está havendo investimento. E o senhor pergunta: *“Mesmo com o BNDES ofertando crédito?”* O crédito do BNDES, as taxas de juros subiram fortemente, não tem mais subsídio.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Mas eu estava perguntando sobre o ano passado, em que a média foi de 7,1% ao ano.

O SR. GUIDO MANTEGA - No ano passado nós já estávamos subindo a taxa de juros, já estávamos desativando essa política contracíclica. Então, por exemplo,



as taxas já eram de 6%. As taxas do PSI começaram em 2012: um semestre, 2,5%; outro semestre, 3,5%; e ia subindo. Em 2014 nós tínhamos 6%, 8%. Então, já havíamos diminuído a atratividade, mesmo porque não dá para você dar muito subsídio durante muito tempo. Nós não esperávamos que a crise se prolongasse. Seguindo as projeções que nós tínhamos do Fundo Monetário, dos órgãos respeitáveis que fazem projeções, o mundo já teria se recuperado em 2013, depois em 2014, e agora em 2015. O próprio Fundo Monetário tem revisado isso. Então, quando uma política de incentivo tem um determinado limite, não se pode dar incentivo a vida toda. É preciso recuperar o fôlego e deixar a economia se adequar. Então, isso é o que foi feito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Guido Mantega, até o ano de 2012 o Ministério da Fazenda não incluía os subsídios decorrentes dos empréstimos do Tesouro ao BNDES e, evidentemente, do Programa de Sustentação do Investimento — PSI nos demonstrativos que enviava ao Congresso, o que foi objeto de questionamento pelo Tribunal de Contas da União. Esse acobertamento retirava do controle toda a renúncia de receitas decorrentes dos financiamentos concedidos, em flagrante descompasso com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu queria que V.Sa. me informasse, Sr. Guido Mantega, o que motivou o Ministério a omitir tais informações.

O SR. GUIDO MANTEGA - O Ministério não omitia as informações. Usualmente isso não era informado, se não me falha a memória — não tenho conhecimento profundo desse detalhe, que é um detalhe técnico, digamos —, provavelmente, essa informação não era prestada no passado. E o Congresso passou a exigir essa informação. Muitas vezes isso ocorre também com o TCU. De repente o TCU diz: *“Eu quero que seja especificado o passivo contingente.”* Estou dando um exemplo do que aconteceu, de fato, em 2014. O que é o passivo contingente? É o passivo com a Previdência que nós teremos daqui a 30 anos. *“Eu quero que coloquem no balanço.”* Isso foi conversado e foi feito o que eu chamo de aperfeiçoamento, para tornar as contas mais transparentes. Agora, é bom lembrar que essa transferência do Tesouro ao BNDES não causa movimentação primária, ela é financeira, está na órbita financeira, porque faz um empréstimo que será devolvido. Então, a operação é assim: o Tesouro faz um crédito para o BNDES e o



BNDES tem uma dívida com o Tesouro que vai devolver amanhã. Então, amanhã essa operação será neutralizada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - V.Sa. disse aí que os subsídios não são devolvidos, e eu estou questionando por que os subsídios não vinham na prestação de contas.

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, são duas coisas diferentes. Nós temos o subsídio implícito, esse de R\$9 bilhões, em 2015, do PSI para o BNDES. São R\$9 bilhões. Eu vi esse número recentemente das autoridades econômicas. Esse subsídio está no Orçamento. Quando se faz a peça orçamentária, coloca-se uma previsão do subsídio que se vai pagar naquele ano, que não é um só, são várias modalidades. Então, em geral, põe 23, 24, 25 milhões de subsídio. E o outro subsídio, aquele de que falamos aqui, de 180 bilhões, é um subsídio implícito, não contabilizado, é a diferença da SELIC. Então, o subsídio — que é inscrito, está no Orçamento, porque tem que ter autorização para ser pago — é o explícito. Esse, o explícito, está, sim, e é enviado ao Congresso. Talvez ele não fosse detalhado, mas está nessa conta. Há uma conta de todos os subsídios, porque o Tesouro paga subsídio para o Banco do Brasil — deve ter para a Caixa também — e para o BNDES. Então, essa é uma conta que está no Orçamento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Na verdade, quem afirmou que o subsídio não estava incluído não fui eu, foi o Tribunal de Contas da União. Só queria informá-lo disso.

O SR. GUIDO MANTEGA - Mas o senhor sabe se é o implícito ou o explícito?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Eu creio que seja o implícito.

O SR. GUIDO MANTEGA - O implícito está. Talvez não esteja diferenciado o que é para o BNDES, o que é para... Mas está no Orçamento, é uma dotação orçamentária de subsídio, todo ano está no Orçamento. Talvez ele tenha pedido o implícito — esse de 180 milhões —, que é um subsídio futuro e não se sabe exatamente de quanto ele vai ser.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Guido Mantega, até para ajudá-lo na resposta anterior, em decisão recente a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal determinou que o BNDES é obrigado a informar ao Tribunal de Contas da União dados completos sobre as operações de crédito. Foi especificamente no caso do



Grupo JBS, que totalizaram 7,5 bilhões, jogando por terra o argumento tão defendido pelo Banco de que as operações são protegidas por sigilo bancário. Isso porque a lógica que rege os empréstimos feitos com dinheiro público deve ser diferente da aplicada no setor privado, e as empresas que se dispuseram a contratar com o BNDES, evidentemente, devem aceitar essa diferenciação.

Como V.Sa. interpreta essa decisão do STF? V.Sa. considera que com a informação haverá algum prejuízo para a empresa? Quanto ao prejuízo à transparência e aos controles interno e externo, o que deve prevalecer: a segurança das empresas ou o controle do dinheiro público?

O SR. GUIDO MANTEGA - Bom, eu não ousou fazer uma interpretação daquilo que foi feito pelo Supremo Tribunal Federal. É uma decisão do Supremo. A meu ver, decisão do Supremo não se discute, cumpre-se. Nesse ínterim o BNDES abriu todas as suas contas, colocou na Internet, acessíveis a todo o público, as informações sobre todos os empréstimos. Se bem entendi, isso foi feito pelo BNDES. Então, hoje qualquer cidadão pode acessar as informações do BNDES: qualquer empréstimo, o valor do empréstimo. Eu não entrei ainda no *site* e não sei lhe dizer, mas eu tenho a informação de que isso foi feito. Então, ele já se antecipou e tornou transparentes todas as operações.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Questão de ordem do Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Ao chegar aqui eu tinha a convicção de que tinha sido um dos autores do requerimento de convocação do Ministro. Depois verifiquei com a Secretaria que, na verdade, tratou-se de um requerimento conjunto. Mas entendo que a prerrogativa seja a mesma, porque também é nossa a autoria.

Eu queria levantar essa questão de ordem para que, no transcurso da fala do Ministro, dos questionamentos, pudesse ser esclarecido e, se for o caso, ter a prerrogativa de autor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Nós vamos ouvir agora o Deputado Edio Lopes e, posteriormente, vamos dirimir essa dúvida e, se for o caso, acrescentar ao seu tempo 5 minutos como autor do requerimento.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Deputado Edio Lopes, um instante só, por favor. *(Pausa.)*

Com a compreensão de todos, o nosso depoente gostaria de alguns minutos.

Fica suspensa a sessão por alguns minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Apenas para responder à questão de ordem do Deputado Betinho Gomes. De fato, considera-se, para efeito de tempo, o primeiro autor do requerimento. Como o requerimento foi assinado conjuntamente, V.Exa. não pode ser beneficiado como autor.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Apesar de a presidência ser do PSDB, não há apadrinhamento, não há compadrio aqui.

Muito obrigado pela resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Essa é uma decisão desta CPI, porque, por exemplo, na CPI da PETROBRAS utilizava-se muito essa questão dos autores do requerimento. Então, quer dizer, esse é o entendimento interno da CPI, não do Regimento presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Não. Essa é a interpretação do § 2º do art. 102 do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Que fala o que, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Que diz o seguinte:

“Art. 102.

.....



§ 2º. As atribuições ou prerrogativas regimentais conferidas ao autor serão exercidas em plenário por um só dos signatários da proposição, regulando-se a precedência segundo a ordem em que a subscreveram.”

Como eu fui o primeiro a subscrevê-la, fui o beneficiado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sinto-me contemplado com seu benefício, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - É bom ver essa “amistosidade” do PSDB.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Guido Mantega, aqui já foi por demais aludido que foi durante a sua gestão frente ao BNDES que se tornaram sistemáticos grandes aportes do Tesouro Nacional ao Banco, chegando ao número, segundo alguns, da ordem de 450 bilhões de reais.

V.Sa. acha que essa política deu resultados positivos ao País? E como se darão os pagamentos do BNDES ao Tesouro Nacional? Ainda nessa questão, o BNDES terá os recursos necessários para cobrir esses empréstimos ou nós poderíamos ter aqui uma pedalada ao contrário?

Sr. Guido Mantega, também foi durante a gestão de V.Sa. frente ao Ministério da Fazenda que se iniciou o Programa de Sustentação do Investimento, o PSI. O Tesouro Nacional, responsável por equalizar as taxas de juros, atrasou o pagamento ao BNDES, o que ficou conhecido como pedaladas fiscais nesse caso. Qual o saldo devedor do Tesouro junto ao BNDES?

Eu sei que a questão ultrapassa o período em que V.Sa. lá esteve, mas gostaríamos de obter alguma informação sobre isso.

E qual é o impacto desses atrasos para o Banco?

Por último, se nós voltarmos duas décadas, talvez um pouco mais, um pouco menos, quando da grande crise do setor automobilístico americano, nós deveremos nos lembrar de que, naquela crise, o tesouro americano agiu com as montadoras de Detroit de forma diferente de como nós agimos aqui com o BNDES, que foi em socorro às grandes montadoras. E aqui V.Sa. já disse algumas das razões pelas quais o BNDES e o próprio Estado brasileiro se comportaram dessa forma.



Eu lhe pergunto: os americanos erraram em não ter feito, àquela época, o grande desembolso do Tesouro, como nós fizemos, via BNDES, ou os americanos estavam certos e nós erramos?

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Deputado. Posso começar por esta última? De fato, a estratégia do governo americano foi bem diferente da estratégia do Governo brasileiro. O governo americano tinha uma limitação fiscal, ou seja, ele estava fazendo déficit primário e os republicanos não queriam fazer estímulo fiscal. Eles amarraram as mãos do governo. Lá a legislação é diferente. Lá existe um limite para o endividamento federal. Então, se o governo quer gastar mais tem que pedir ao Congresso, e o Congresso tem que aumentar o limite. Então eles fizeram uma política financeira, porque o FED não está subordinado a isso e o FED foi, digamos, o porta-estandarte da política anticíclica e colocou um monte de dinheiro em circulação, crédito, crédito. Ele descontava. As empresas tinham uma dívida, tinham, digamos, como se fosse promissória, ele descontava até promissória, título, promissória, e dava liquidez ao mercado abundantemente, muito mais do que qualquer coisa que nós fizemos aqui. A Ford e a GM iam quebrar. Eles entraram na sociedade. Eles compraram ações das empresas. Então, foi um procedimento totalmente diferente. Fizeram um pequeno estímulo. Fizeram um programa de renovação de frota — tardio, a meu ver —, que teve pouca eficácia, no qual eles davam um estímulo de — não me lembro — 5 mil ou 10 mil dólares para quem fosse comprar, renovar o carro, que não teve grande eficácia. Só hoje eles voltaram a vender carro. Então, foi completamente diferente do nosso. Agora, eles tinham um programa financeiro que nós não tínhamos, porque aqui no Brasil o programa financeiro não foi para comprar bens de consumo, foi para investimento, não foi para comprar carro. Para que os consumidores pudessem comprar carros nós baixamos os impostos. Foi uma estratégia bem diferente. Tanto que a indústria automobilística deles demorou muito para se recuperar. Hoje está se recuperando. Hoje voltou a ser a indústria que mais produz. Acho que são 17 milhões de carros por ano. Então, são estratégias, conforme o senhor sinalizou, bastante diferentes. Volto a sua primeira pergunta. O Tesouro fez ao BNDES um aporte de 460 bilhões. O BNDES vai ter que devolver esse recurso, evidentemente, mas, antes disso, haverá devolução do recurso que ele emprestou, porque esses 460 bilhões...



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Este é o cerne da minha pergunta: o aporte do Tesouro ao BNDES está casado com os investimentos de forma pontual? Ou o Tesouro aportou os recursos e depois o BNDES emprestou ou investiu esse dinheiro de maneira não amarrada com o aporte do Tesouro? Senão me pareceria aí um financiamento praticamente quase que direto do Tesouro às empresas.

O SR. GUIDO MANTEGA - O Tesouro não determina aquilo que o BNDES vai emprestar. Ele empresta o recurso. Aí vem o PSI e diz: *“Olha, são tantos bilhões para compra de máquinas e equipamentos, tantos bilhões para motores, tantos bilhões para caminhões, ônibus, etc.”* E isso porque o próprio BNDES diz: *“Olha, eu preciso de tanto para financiar máquinas, eu preciso de tanto...”* Então, foi ele mesmo que modulou isso. Significa que todo esse recurso foi emprestado em condições seguras, porque uma parte disso é o FINAME. Todo mundo conhece, é um programa que existe há dezenas de anos, é um programa seguro. E, portanto, quando o BNDES acertou com o Tesouro o tempo de pagamento ele já olhou os dois lados da questão. *“Eu tenho que pagar um empréstimo e vou receber do tomador de crédito.”* Então, há uma, digamos, sintonia entre essas duas coisas. Então não haverá. E o BNDES sempre pagou o Tesouro e os tomadores de crédito sempre pagaram o BNDES. Mesmo porque ninguém quer ficar sem crédito, ninguém quer ficar inadimplente com o BNDES, porque o BNDES sempre trará condições um pouco melhores do que as do setor privado. O senhor pergunta do PSI: *“Qual é o saldo devedor?”* O número atual, francamente, eu não tenho. Não sei se foi mencionado nesses dias. No fim do ano passado o saldo era de cerca de R\$9 bilhões, se não me engano. Ah, o senhor ainda pergunta se o BNDES tem alguma perda. Não, nenhuma perda, porque para cada dia existe uma remuneração. Então não tem perda nenhuma. Lança balanço, lança remuneração e tudo o mais. Então, sempre houve uma discrepância entre o ato do financiamento com subsídio e o seu pagamento, porque nós temos o período de carência. Essas linhas do PSI são todas com prazo de carência. O sujeito comprou um caminhão, mas ele pode começar a pagar — o BNDES acerta com cada um — com carência de 12 a 36 meses. Aí é que ele começa a pagar. Então, existe um prazo de carência que também é utilizado pelo Tesouro para fazer o pagamento.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu quero fazer um último questionamento, Sr. Presidente.

Esta CPI inúmeras vezes buscou um *link* entre o financiamento do BNDES para a empresa A e o escândalo dessa mesma empresa com o petrolão ou com a corrupção na PETROBRAS. E sempre nós voltamos a um ponto, que é o superfaturamento das obras, os aditivos constantes dos contratos dessas obras, que permitiram a margem para o pagamento das corrupções que foram previamente acertadas. Eu pergunto ao senhor, que esteve à frente do BNDES, que financiou diversos empreendimentos, dentre os quais o de empresas hoje relacionadas com o escândalo de corrupção da PETROBRAS: o BNDES teria filtros necessários e seriam esses filtros obrigatórios para a verificação de possíveis ajustes ou majoração de preços além dos preços normais? E ainda: há, hoje, reconhecidamente, um acerto entre empresas que operaram na PETROBRAS? Isso, obviamente, demanda um acerto ou uma fraude de licitações. Pergunto, num segundo momento: é da competência do BNDES, é obrigação do BNDES, ao financiar uma empresa que está tocando uma obra pública — e o aporte será para fazer frente à execução dessa mesma — verificar o processo licitatório?

São duas questões por demais rotineiras nesta Comissão.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, eu não sei exatamente qual é o procedimento do BNDES, mas, como ele vai financiar um determinado projeto, ele olha para a solidez do projeto. Portanto, esse projeto tem que dizer que vai vender por tanto, tal quantidade, por tantos anos, vai ter um Ebitda, vai ter lucro, vai pagar o banco. O BNDES é muito rigoroso na análise do projeto. Eu não sei até que ponto eles chegam, porque esse é um detalhe da equipe técnica. O senhor sabe que lá no BNDES são várias equipes que analisam um projeto e o analisam sob todos os pontos de vista: solvência, solidez e tudo o mais. Eu não sei se com isso eles chegariam a detectar o que o senhor está perguntando, se há superfaturamento.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Se essas equipes de análise têm por obrigação analisar possíveis superfaturamentos.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sinceramente, seria uma orientação interna do BNDES. No meu tempo não havia isso. Então, eu não saberia lhe responder. O que eu sei é que eles examinam rigorosamente o projeto e, mais, a sua execução. Eles



só liberam dinheiro quando você executou e financiou. Mas eu não sei se chega a esse ponto. Realmente teríamos de perguntar... Se o senhor quiser, posso perguntar ao BNDES e lhe remeter a informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - O próximo orador inscrito é o Deputado Alexandre Baldy, que terá a palavra por 10 minutos.

Antes eu queria pedir, Ministro, que V.Sa. seja um pouco mais sucinto nas respostas, porque nós ainda temos um número muito grande de inscritos e já são quase 17 horas, e esta reunião vai se estender naturalmente. Essa é uma deliberação do Presidente da Mesa, que daqui a pouco vai estar aqui.

Então, se V.Sa. puder, peço que seja um pouco mais sucinto, até para tentarmos diminuir o tempo do nosso encontro de hoje.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Miguel Haddad; Sr. Relator, Deputado André Fufuca; Sr. Guido Mantega, ex-Ministro da Fazenda.

Eu somente gostaria de aqui comentar alguns pontos, aqui suscitados, da política econômica e das razões pelas quais nós a enxergamos como tendo sido benéfica ou prejudicial ao País.

Eu percebi que V.Sa. comentou muito as desonerações ou renúncias fiscais que o Governo Federal realizou para contribuir com o setor produtivo, com setores produtivos, principalmente de modo pontual. V.Sa. foi muito criticado por colegas de Governo e por entidades de classe pelo fato de o Governo pensar pontualmente. Avaliando aqui as desonerações que foram projetadas no Orçamento de 2015, por região, nós percebemos que, por exemplo, A Região Sudeste e a Região Sul representam quase 1 trilhão de reais. Para ser exato, em torno de 1 trilhão de reais de arrecadação tributária. E as desonerações representam cerca de 200 bilhões de reais de renúncia fiscal. As Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste representam arrecadações de cerca de 270 bilhões de reais, com uma desoneração da ordem de mais ou menos 88 bilhões de reais.

Quando nós percebemos que os desembolsos do BNDES, que giram em torno de 72% para as Regiões Sul e Sudeste e as desonerações, também atendendo às Regiões Sul e Sudeste, na ordem de praticamente... Quando falamos



em termos percentuais, vislumbramos que representam 70% do total das desonerações realizadas pelo Governo Federal, eu discordo de V.Sa. quando diz que o plano realizado pelo Governo Federal e pela sua gestão à frente do Ministério da Fazenda tenha contribuído para que o desenvolvimento pudesse ser projetado ou descentralizado para o interior do Brasil, principalmente para as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Está provado aqui, tanto nos desembolsos por parte do BNDES quanto nas renúncias que foram projetadas para o ano de 2015 — obviamente, algumas delas foram alteradas, porque é a primeira pergunta que eu gostaria de fazer a V.Exa... A gestão atual enviou ao Congresso Nacional a mudança das desonerações. Eu gostaria de perguntar a V.Sa. sobre essa política na qual atuou, que já foi muito comentada aqui, com a qual endividamos o Brasil na ordem de 450 bilhões a meio trilhão de reais para subsidiar o BNDES, para financiar o BNDES para que ele subsidiasse um grupo de empresas.

O atual Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, criticou fortemente a gestão anterior, colocando em dúvida se foi uma gestão exitosa, porque as contas públicas, como temos conhecimento atualmente, chegam a 2015 com um déficit nominal projetado na ordem de 271 bilhões de reais. As empresas privadas não deveriam ter ali um subsídio, mas, sim, procurar o mercado. Criaram-se diversas dificuldades principalmente para as que tomassem mais de 200 milhões de reais por parte do BNDES.

Eu gostaria que V.Sa. avaliasse essa política econômica que foi comandada por V.Sa. à frente do Ministério da Fazenda e essa pontuação de que a atual gestão do Ministro Joaqui Levy critica, com muita veemência, o que foi realizado nos anos anteriores e as consequências atuais, principalmente dessa política anticíclica, fortemente comandada pela ampliação do crédito e pouco alanvacada em termos de dar condições ao setor produtivo de modo amplo, agindo pontualmente, resolvendo problemas de setores e segmentos econômicos, provocando esse déficit nas contas públicas e, principalmente, esse desequilíbrio — hoje o BNDES tem uma pedalada fiscal, sim, da ordem de 24 bilhões a ser paga pelo Tesouro em 2015.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Deputado. No período mais recente — eu diria nos últimos 8 anos, 10 anos — nós notamos que os Estados que mais cresceram foram os do Nordeste e do Centro-Oeste. Cresceram mais do que



Estados do Sul e do Sudeste. A taxa de PIB de cada um dos Estados foi maior. Agora não estão crescendo porque este é um ano ruim para todo mundo, mas tiveram um crescimento maior. Uma parte disso deve ser porque também houve determinados subsídios, subvenções que atraíram investimentos para esses Estados. Era uma demanda nacional por uma igualdade maior entre os Estados, e me parece que isso foi conseguido. Então, houve uma homogeneização; provavelmente, ainda não a desejada, porque anda há disparidades, mas houve uma dinamização desses Estados. Se foi exatamente pela ação do BNDES eu já não posso lhe dizer, porque há um conjunto, além do BNDES existem outros instrumentos que são utilizados: o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e outros instrumentos para isso.

Os programas que foram feitos pelo BNDES não são focados ou, pelo menos, se nós pegarmos o maior programa que nós fizemos, o programa PSI, de 360 bilhões, é um programa totalmente horizontal, é um programa que vai desde o financiamento daquele pequeno que quer comprar um trator no FINAME até aquele que quer comprar grandes equipamentos, uma frota de ônibus inteira ou coisa parecida.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O FINAME vai ser abolido, né?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu não sei. Eu acredito que não, espero que não seja abolido, mas eu não ouvi falar sobre isso. Então, o PSI é um programa muito horizontal que ofereceu crédito para quem quisesse fazer investimentos para todos. Então, é bastante... E ele é operado pelos bancos privados. O senhor fala que o Brasil tem um endividamento alto, mencionou o déficit nominal. Bom, o déficit nominal está crescendo este ano por causa dos juros, por causa da carga de juros, não é por causa de um primário. O primário tem um peso pequeno. Hoje, a conta de juros que nós temos, o último número que eu tenho chega a 480 bilhões de juros, de pagamento de juros este ano. Então, o primário um pouquinho maior ou menor não é o que está dizendo qual será o déficit nominal. Então, o déficit nominal pode chegar a 8% ou 8,5%. É a conta de juros. Se baixar essa conta de juros... Então, temos que criar as condições para baixar a conta de juros. Você vai ter um nominal melhor em seguida. Quanto a comentários do Ministro Levy, eu não ouvi exatamente esses comentários, mas acabei de ler esses dias um documento do Ministério da



Fazenda que diz mais ou menos o seguinte: ele faz uma análise da situação atual e diz que nós estamos numa conjuntura parecida ao período de 1999 a 2002 e, portanto, ele está sugerindo que a intervenção que se faça do Governo, a política, seja semelhante ao que se fez no período de 1999 a 2002, ou seja, fazer um ajuste fiscal mais forte, fazer um ajuste fiscal forte; aumentar impostos, como foi feito nessa época. Lembro ao Deputado que, nessa época, em 1999, foi aumentada a CPMF. A CPMF foi aprovada, porque a cada período ela tinha que ser aprovada. Então, aumentou a CPMF, aumentou a COFINS e outros tributos. Houve um aumento de tributos sobre o PIB de 1,5%, em 1999, que permitiu o Governo fazer um superávit bom. E ele está dizendo que temos que fazer um ajuste fiscal agora. Aliás, eu concordo com isso, que se faça um ajuste. O Presidente está me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vou aproveitar que V.Sa. me deu essa deixa e pedir de V.Sa. que pudesse ser um pouco mais ágil, porque nós ainda temos, Ministro Guido, vários Parlamentares inscritos, e nós estamos na iminência já do início da Ordem do Dia, para a qual os Parlamentares terão que estar presentes em plenário.

Então, solicito de V.Sa. agilidade nas respostas formuladas aos Parlamentares.

O SR. GUIDO MANTEGA - Perdoe-me! Então, para finalizar, ele diz que a diferença de agora para 2002 é que nós temos condições melhores agora do que tínhamos em 1999. Quais são essas condições? Primeiro, nós temos acumuladas reservas de 370 bilhões. Na época, não tínhamos. O Governo não tinha quase nada de reservas. Então, somos mais fortes para enfrentar esses problemas que vêm de fora. Temos um mercado consumidor potencial muito maior. Está faltando crédito, mas ele está aí. Temos um nível de desemprego menor. Então, ele reconhece que as condições agora são mais favoráveis para uma retomada. É claro, o documento reconhece os problemas — e todos reconhecemos. Tivemos o problema da seca, tivemos um problema de queda de preço de *commodities*, temos uma instabilidade política que atrapalha a economia, tivemos a PETROBRAS e a Lava-Jato, uma série de coisas que têm atrapalhado a economia. Mas ele diz que a economia tem um conjunto, digamos, de fundamentos que poderão servir para uma retomada. É o texto do Ministério. Obrigado.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. há de convir que, especificamente, por parte do BNDES, o Ministro Levy critica com muita veemência a política adotada, no sentido de se haver criado as supercampeãs, quando utilizaram recursos públicos para alavancar setores de segmentos específicos e também endividando ainda mais o Tesouro. Refiro-me a essa conta da dívida — principalmente à forma pela qual foi endividado o BNDES, criando os títulos para que fossem enviados ao BNDES, e aí o BNDES pudesse resgatar da Conta Única do Tesouro —, que obviamente deu esse desequilíbrio econômico. Ele foi muito crítico dessa política que inclusive acabou durante este ano.

Então, especificamente quanto ao BNDES, eu considero que V.Sa. não se atentou à pergunta específica sobre a política que V.Sa. iniciou no BNDES, criando os supercampeões, ali investindo recursos públicos, aportando no capital social das empresas e também alavancando com o dinheiro público, imposto pago pelos cidadãos, para que pudesse o BNDES financiar empresas, obviamente com taxas subsidiadas, de acordo com a taxa SELIC, que é variável, mas nós já enxergávamos que as projeções econômicas seriam ruins.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, se me permite, há visões diferentes em relação à estratégia que se utiliza num período de crise. Então, nós acreditamos que, num período de crise, você tem que estimular a economia. É uma orientação keynesiana, segundo a qual você, ao gastar em subsídio e mesmo fazendo déficit público — coisa que nós não fizemos, mas poderíamos até ter feito déficit público —, recompõe mais rapidamente a economia e tem a compensação. Você teve muito mais emprego, como houve nessa época. Então, a população foi contemplada, você teve muito mais investimento e um PIB maior. Se não fizessemos tudo isso, seria PIB menor, investimento menor e desemprego maior. Não vou dizer que é; eu acho que a minha é melhor, mas respeito que haja outras estratégias que podem nos levar a outros resultados. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. considera que há utilização político-partidária por parte do BNDES na concessão, seja em financiamento, seja na compra de ativos? Há utilização político-partidária por parte do BNDES?

O SR. GUIDO MANTEGA - Absolutamente. Não vi nenhuma utilização partidária do BNDES. O BNDES tem regras muito bem definidas. Ele tem que



implementar os projetos do Governo. Por exemplo, o PSI é um projeto — e é um projeto claro, explícito, discutido com a sociedade e aprovado pelo Congresso. Ele tem que apoiar e ele não pergunta se o empresário A, B, C é de partido X, Y ou Z, nunca vi absolutamente, mesmo porque quem avalia isso são os técnicos que estão lá embaixo, e eu não sei se esses técnicos têm filiação partidária ou não, nunca nos interessou isso. Então, não há essa vinculação. O BNDES tem que estimular o crescimento, o investimento, a produtividade — e isso com quem quer que seja. Provavelmente, se nós pegássemos, digamos, a maioria dos empresários, grandes empresários, nós sabemos que muitos empresários não são, digamos, eleitores do PT, por exemplo. Eles não são eleitores do PT. Mas ele vai lá porque ele tem um bom projeto, porque ele vai contribuir para o crescimento do País e tudo mais. Então, nunca vi nenhuma vinculação dessa natureza.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Na gestão de V.Sa., o banco teve duas possibilidades de conceder empréstimos a obras públicas muito semelhantes: a primeira foi no metrô de São Paulo, para a qual foram requisitados 394 milhões de reais; a segunda foi no metrô de Caracas, na Venezuela, para a qual foram inicialmente requisitados 77 milhões de dólares. Aqui, no metrô de São Paulo, o BNDES ofereceu uma taxa de juros de 9,75% ao ano. No metrô de Caracas, a taxa Libor, que na época era de 2,5% ao ano, mais 2% fixos ao ano, com uma carência superior, sendo um pacote total ao metrô de Caracas na ordem de 270 milhões de dólares.

Eu gostaria de perguntar qual é a distinção do metrô e a importância dele para a população de Caracas, na Venezuela, e para a população da cidade de São Paulo, do Estado de V.Sa., para que esses empréstimos fossem distintamente conseguidos?

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, eu não conheço os detalhes desses projetos, mas posso lhe dizer que, no caso do metrô de Caracas, é dólar mais Libor e, portanto, mais juros. O empréstimo pode ficar bem mais salgado do que aquilo que foi pedido para o metrô de São Paulo. Segundo lugar, quero dizer que, enquanto Ministro da Fazenda, eu liberei para o Estado de São Paulo mais recursos do que para os outros Estados, recursos para infraestrutura. Liberei para todos os Estados que tinham as condições, que seguiam a Lei de Responsabilidade



Fiscal e se habilitavam. O Estado de São Paulo, como se habilitava, sempre teve muitos recursos para fazer metrôs, para fazer obras estruturantes. Então, realmente, o senhor pode verificar isso. Posso lhe mandar uma relação. Não há nenhum partidarismo em liberação de recursos. Basta ter as condições fiscais, como no caso que eu mencionei, porque existem regras da Lei de Responsabilidade Fiscal em que o nível de endividamento do ente não pode superar "x" por cento da arrecadação. ele tem que ter um plano de geração de primário até 2027.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas, no caso específico dos metrôs que nós questionamos, no metrô de São Paulo, a garantia requisitada pelo banco, quando da gestão de V.Sa. como Presidente, era uma garantia que poderia ser superior ao valor contratado; e sobre o metrô de Caracas, que é muito questionado nesta Comissão, a garantia obviamente era dada pelo Tesouro, pelo COFIG. Então, quais eram essas distinções e avaliações? O que foi pedido para a contratação pelo metrô de São Paulo foi a garantia, pelo que consta dentro dos contratos e das avaliações do BNDES.

O SR. GUIDO MANTEGA - Quem define essas regras, as regras não, mas quem define esses valores são as equipes técnicas. Imagine, são milhares de operações. As equipes técnicas, que têm regras preestabelecidas, fazem isso aí. E a parte da exportação vai para o COFIG e para a CAMEX. Então, são as equipes técnicas que definem; depois os Ministros ou os seus representantes aprovam. Eu francamente não me lembro do detalhe e, portanto, das razões. Foi há mais de uma década que isso ocorreu.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - A Resolução nº 3.512, de novembro de 2007, do Conselho Monetário Nacional, autorizou a Câmara de Comércio Exterior, CAMEX, como V.Sa. mencionou, a dispensar o oferecimento de garantia do beneficiário de operação de financiamento ou equalização de taxa de juros, vinculada à exportação de bens ou serviços nacionais. Esse dispositivo foi revogado em 2014, ainda na gestão de V.Sa.

Como Presidente do mencionado Conselho Monetário Nacional, quando a resolução foi editada, V.Sa. poderia nos informar de quem foi a proposta e quais as razões que levaram à edição dessa resolução e quem foi o membro do Conselho Monetário que levou a proposta de resolução para apreciação do mesmo Conselho?



O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, essa resolução do Conselho Monetário visou permitir que o PROEX — não o BNDES, mas o PROEX, que é ligado ao próprio Governo — pudesse financiar países muito pobres em condições melhores, abaixo do mercado. Isso significa países africanos, países com os quais você tem relações comerciais e quer ampliar as suas relações comerciais. O Brasil, como maior país da América Latina, tem uma função de atrair parceiros de todos os continentes e principalmente daqueles próximos. Então, isso ocorreu para dar condições melhores a esses parceiros. Inclusive, teve uma ocasião em que foi feita uma lei em que eram empréstimos de até 50 milhões de dólares, ou seja, considerados pequenos, para países frágeis, que teriam juros menores e condições melhores. Isso foi aprovado pelo Congresso, pela Lei nº 10.184, a pedido do Itamaraty, e isso vigorou.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. afirma que o PROEX foi vislumbrado para a aprovação dessa resolução. Mas, no caso específico do financiamento de Porto Mariel, o Governo de Cuba ou a Odebrecht foi beneficiado por essa resolução?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não me lembro. Devia estar enquadrado dentro dos interesses do País ter expansão, fazer construções, exportar bens e serviços brasileiros. Eu acho que nós temos que levar em conta que a exportação de bens e serviços é uma das atividades prioritárias de todos os países. Todos os países querem o quê? Exportar bens e serviços. Quando você exporta bens e serviços, você está criando empregos no local; você está aumentando a renda; movimentando as empresas brasileiras que produzem os bens que serão exportados. Então, vale a pena você poder fazer isso. E eu quero observar que, em todos esses créditos que foram concedidos a empresas da América Latina, do Caribe e outras mais, nunca houve um inadimplemento sequer. Nunca houve, repito, um inadimplemento. Isso significa que as operações são feitas com segurança e que as operações são respeitadas. Além disso, para os países da América Latina, existe um mecanismo adicional de garantia, que é o CCR — Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, segundo o qual os Bancos Centrais dos países são responsáveis, em última instância, pelo pagamento daquilo que eventualmente não acontecer. Então, posso lhe afirmar que não há notícia de inadimplemento.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, Sr. Guido, nesse caso específico do Porto de Mariel, V.Sa. o considera como uma obra estratégica para o Brasil? É importante para os brasileiros retirar imposto pago pela população para investir em um porto em Cuba, em vez de investir no Porto de Santos? Nós tivemos muitas crises durante a sua gestão no Ministério da Fazenda, com caminhões ocupando quilômetros e quilômetros; com a produção brasileira parada e sendo perdida; com o custo logístico do Brasil, a cada dia, sendo superado simplesmente pela parca infraestrutura, quando o milho chegou a custar 50% a mais ao ser levado do campo ao porto.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, uma informação: o Porto de Mariel não está abrangido por essa resolução que o senhor mencionou. Então, recebi a informação de que não está abrangido. Trata-se de alguma outra resolução. Mas, respondendo ao que o senhor mencionou, eu acho importante fazer as duas coisas. Não faltou dinheiro ao BNDES para exportação. E quero dizer que o recurso destinado à exportação é muito pequeno — 5% de todo o recurso do BNDES. O recurso para a exportação de obras e engenharia é 1,5% por cento de tudo. Então, certamente, 95% dos recursos disponíveis foram utilizados da maneira que o nobre Deputado mencionou, para estimular atividades aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito. Eu gostaria de fazer uma pergunta a V.Sa. sobre três medidas provisórias — a MP 471, de 2009, a MP 512, de 2010, e a MP 627, de 2013 —, as quais foram assinadas pelo senhor e estão sob suspeita de terem sido compradas por montadoras de veículos, como a Ford, que possui relações comerciais com o BNDES, cujo caixa é abastecido diretamente pelo Tesouro, órgão que esteve sob a sua responsabilidade.

O senhor reconhece que tanto as MPs compradas e assinadas pelo senhor, quanto a política de campeões nacionais do BNDES, patrocinada pelo Tesouro, geraram impacto significativo no déficit atual das contas e provocaram uma distorção nesses segmentos econômicos?

E, só para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de colocar também o que foi mencionado em um trecho do inquérito da Polícia Federal, em uma operação:

“Ainda com relação ao Ministério da Fazenda, cabe lembrar que o José Ricardo era conselheiro do Conselho



Administrativo de Recursos Fiscais — CARF, órgão diretamente ligado ao Ministro da Fazenda, sendo que pode ter inclusive facilitado o acesso ao então Ministro Guido Mantega, inclusive podendo ter sido influenciado pelo seu amigo Victor Garcia Sandri, que veio a se tornar parceiro de José Ricardo quando ele defendeu os interesses da empresa Grupo Comercial de Cimento Penha, tendo inclusive participação no julgamento”.

O senhor, em algum momento, beneficiou o seu amigo, o empresário Victor Sandri?

O SR. GUIDO MANTEGA - Absolutamente. Ele não é um amigo. Ele foi uma pessoa que construiu uma incorporação no passado, nos anos 90, com a qual não tenho amizade. Portanto, não houve nenhum apoio dessa natureza. Quero dizer também que, nessas MPs, não acredito que tenha havido qualquer beneficiamento ou qualquer pressão de qualquer setor para que elas fossem feitas. As medidas provisórias são feitas de forma técnica, de forma isenta, olhando os interesses do País. Então, não há nenhuma participação nossa nessa história.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mesmo pairando o tráfico de influência, como é discutido aqui nesta CPI, essa questão foi muito levantada pelas questões das medidas provisórias. Então, o cerne da questão, Sr. Guido Mantega, é que tenhamos aí o tráfico de influência como atuação principal do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Baldy, por gentileza, conclua.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ...na concessão de benefícios a empresas, a grupos, principalmente a segmentos específicos, como nas medidas provisórias.

Ontem, houve um caso de busca e apreensão no escritório do filho do ex-Presidente Lula, que também — apontado pela Polícia Federal — teria sido beneficiado no caso dessas medidas provisórias. O BNDES e também essas empresas podem haver sido beneficiados pela escolha, seja das supercampeãs, seja por financiamentos concedidos pelos bancos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.



Passo a palavra ao Sr. Guido Mantega para que possa responder o Deputado Alexandre Baldy.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, nós nos pautamos para que não haja tráfico de influência de nenhuma natureza. E eu busquei aqui, durante a minha apresentação e as minhas respostas, mostrar como são tomadas as decisões nos principais programas. Por exemplo, o PSI. A decisão do empréstimo do PSI, muitas vezes, é de um banco privado, é o agente do BNDES que faz. É o sistema FINAME, é quase automático. Então, não há nenhuma influência, muito menos também na emissão de medidas provisórias. Não há tráfico de influência. Não seria admissível e, portanto, devemos aguardar as investigações para ver se há alguma coisa que nós desconheçamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sas.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Betinho Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a fala do Sr. Ministro Guido Mantega. Evidentemente, ele exaltou o tempo todo a política econômica que ele desenvolveu com o apoio do Governo do ex-Presidente Lula. Parece-nos que o Ministro faz questão de fazer um recorte na história da economia brasileira, sempre se referindo a um período em que ele exerceu o Ministério, o BNDES. E ele está falando que foi, absolutamente, bem-sucedida a política econômica implementada naquele período.

Mas eu queria, veementemente, contestar essa posição, primeiro, pelos fatos. Tanto não foi bem-sucedida que, ainda durante a campanha eleitoral recente de Presidente da República, a Presidente Dilma anunciou a demissão do Ministro. Inclusive, isso provocou um constrangimento, certamente, a membros da equipe econômica.

Outro fato são os números que aqui também estão sendo apresentados. O Ministro fala que, em um período de em torno de 5 anos, com um aporte financeiro de mais de 500 bilhões de reais que o BNDES produziu, constituindo um verdadeiro auxílio-empresário, promoveu-se o crescimento de investimento.

Acontece que esse gráfico, Sr. Ministro, mostra, de fato, que houve um crescimento, mas o esforço brutal para o equilíbrio fiscal — que o Governo acabou



desequilibrando — mostra que, provavelmente, não tenha compensado. Para se ter uma ideia, durante esse período, com todo esse recurso liberado, o aporte — que era de 50 bilhões, em 2006, e terminou em 2010, com 187 bilhões — significou um crescimento de, no máximo, 3 pontos percentuais nos investimentos. A partir daí, em 2011, voltou a cair a taxa de investimento no Brasil.

E mais, essa política promovida pelo BNDES tem estimulado o aumento do *spread* bancário, porque esses grandes empresários, que têm faturamento em torno de 130 bilhões — que representam 70% daqueles que o banco tem financiado —, têm uma taxa subsidiada; mas os pequenos empresários, os médios empresários têm que recorrer, normalmente, ao sistema financeiro normal e, como eles têm uma condição um pouco mais frágil, o banco cobra um juro mais alto.

A política do BNDES tem estimulado o aumento dos juros no País. Então, de um lado, há um déficit fiscal bilionário — e a prova está aqui comprovada com o orçamento que foi encaminhado para cá —; de outro, houve uma política que não foi sustentável. Essa política foi, de maneira pontual, um sucesso durante alguns anos, um “voo de galinha”, como é chamado. E, depois daí, a política econômica do Governo foi um verdadeiro fracasso, deixando para o povo brasileiro um déficit orçamentário de recursos que terão que ser pagos pelo Tesouro Nacional, um recurso que é subsidiado.

Portanto, acho que esses números constataam, Sr. Ministro, que essa política econômica fracassou, tanto é que agora o Governo Dilma muda a orientação e coloca o Ministro Joaquim Levy para tentar fazer um duro ajuste fiscal, que apenas sobretudo a população.

Então, eu queria, primeiro, sua observação sobre isso e, depois, uma consideração breve de V.Sa. sobre a possibilidade de o BNDES ter que, com seus recursos, suprir as chamadas “pedaladas fiscais”. Eu também queria um comentário de V.Sa. em relação às medidas provisórias que aqui já foram abordadas pelo Deputado Alexandre Baldy, as Medidas Provisórias nºs 471, 512 e 627.

No jornal *Folha de S. Paulo* o Ministro Gilberto Carvalho diz que foi procurado pelo Sr. Marcondes Machado, um dos detidos na operação no dia de ontem, que inclusive é Vice-Presidente da ANFAVEA. E, segundo o Ministro Gilberto Carvalho,



ele recomendou que o procurasse para tratar da aprovação e renovação dessa medida provisória.

Então, eu queria entender como é que foi sua participação nesse fato, já que o senhor assinou as três medidas provisórias que hoje são objeto de investigação, inclusive, houve busca e apreensão em umas das empresas do filho do ex-Presidente Lula, evidentemente, gerando toda uma série de questionamentos.

Mas, para finalizar, quero dizer que vejo com extrema preocupação a insistência da sua afirmação de que houve sucesso, quando, na verdade, a economia não pode ser vista diante de um recorte de um período dado, um período em que você, ali, em 4, 5 anos, teve algum sucesso, mas, no final das contas, Sr. Ministro, o que está acontecendo é que o povo brasileiro está pagando um preço altíssimo: juros elevadíssimos, desemprego, a economia paralisada e diminuição de arrecadação.

Por fim, só mais um aspecto: V.Sa. falou aqui que essa discussão sobre a redução do IPI, por exemplo, dos automóveis e da linha branca foi amplamente discutida com a sociedade. Quero questionar também essa afirmação, porque as prefeituras do Brasil, que recebem diretamente recursos do Fundo de Participação — e o IPI é uma fonte essencial para isso —, hoje estão absolutamente quebradas por conta dessa decisão também do Governo de zerar praticamente esses impostos que seriam revertidos para os Municípios brasileiros, sobretudo, os Municípios pequenos que hoje estão falidos, por conta de uma política econômica exercida pelo Governo do PT, que V.Sa. durante um bom tempo conduziu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho.

Passo a palavra a S.Exa., o Sr. Guido Mantega.

Ratifico mais uma vez, Sr. Guido, a necessidade que agora nós temos de V.Sa. ser mais objetivo, uma vez que nós temos um agravante agora que é o início da Ordem do Dia no plenário.

Passo a palavra a V.Sa.

O SR. GUIDO MANTEGA - A primeira questão é o fato de que o BNDES teria estimulado os juros altos no País. O que estimulou os juros altos no País, agora, foi



a inflação. Então, são problemas de política monetária que não têm nenhuma relação com o BNDES. Pelo contrário, quer dizer, o BNDES tem a sua razão de existir, porque os juros sempre foram muito altos no País — e muito altos em função de uma série de razões, inclusive da inflação no passado, mas porque também sempre faltou financiamento a investimento de longo prazo. Então, é um papel em que o BNDES tem trabalhado. Então, não pode se dizer isso. É só fazer uma correlação entre juros e inflação: os juros sobem no Brasil quando a inflação sobe e caem quando a inflação volta, independente dos juros do BNDES. Então, não há uma razão. Pelo contrário, eu quero dizer, Sr. Deputado, que nós estimulamos os bancos privados a participarem mais dos investimentos, a assumirem mais riscos. Eu sei que é complicado, eles precisam de *funding* — inclusive criamos um *funding*, que é a letra financeira, para isso e tudo mais. Mas um dia isso vai acontecer. O ideal é que houvesse uma convergência das taxas de ambos os bancos. Em relação ao “voo de galinha”, nós não podemos dizer isso de um crescimento que não foi de 5 anos. Eu falei de 5 anos naquela hora para me referir a um período em que o investimento ficou acima de 20% ou próximo de 20%, o que é muito grande no período de crise. Mas a expansão da nossa economia começou em 2004. Então, de 2004 até 2013, houve um bom crescimento da economia. Lembro que, em 2013, a economia cresceu 2,7%; em 2012, 1,8%; em 2011, 3,8%; em 2010, 7,6%. Eu não vou aqui tomar o tempo de todos. Mas no período anterior cresceu anterior cresceu mais do que isso. Então, nós temos um ciclo. Durante o tempo em que fui Ministro da Fazenda — e durante 9 anos fui Ministro da Fazenda, aproximadamente —, a taxa média de crescimento do PIB foi 3,5%. Não dá para dizer que isso foi, digamos, um fracasso. Quando eu comecei Ministro, as reservas eram muito menores. O Brasil tinha cinquenta e poucos bilhões de reservas; hoje tem 370 bilhões de reservas. O investimento externo no País praticamente duplicou. A partir de 2011, o investimento direto passa a ser mais de 60%...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Evidentemente que considero seus números, mas V.Sa. não pode só considerar o seu período; é o resultado disso que agora estamos vendo, que é fruto inclusive do alto endividamento do Tesouro Nacional, do ajuste fiscal, consequência das decisões tomadas durante o seu período.



O SR. GUIDO MANTEGA - É verdade. Mas se nós tivemos um período longo de prosperidade, de aumento da arrecadação, isso paga tranquilamente o custo que nós tivemos. Então, o senhor fala da questão que o Gilberto Carvalho teria ficado de me procurar...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Teria indicado ao Mauro, que foi um dos detidos ontem, para procurar o senhor, para tratar da renovação da medida provisória. Ele falou isso na *Folha de S.Paulo*.

O SR. GUIDO MANTEGA - Certo. Mas não me procurou. Ninguém me procurou; e seria repellido, porque eu não admitiria tal coisa. Então, eu nunca fui procurado para fazer uma coisa dessa natureza. Não houve. O fato não houve. Portanto, não teve sucesso.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Tinha mais uma pergunta que faltou, que é sobre a possibilidade do BNDES agora ter que pagar os recursos que pegou do Tesouro Nacional para pagar as “pedaladas fiscais”.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sim. O BNDES, na verdade, é um grande devedor do Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional emprestou ao BNDES, o BNDES fez várias operações, o lucro do BNDES subiu, colocou o BNDES como um banco de vanguarda no mundo. Acho que o BNDES é o terceiro ou quarto maior banco de investimento do mundo. Ele terá todas as condições de pagar esses empréstimos, assim como sempre pagou as dívidas que tinha. Então, ele é um banco sólido e continuará sólido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho e passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Davidson Magalhães, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, Deputados e Deputadas, na verdade, a CPI do BNDES está se constituindo num debate interessante sobre política econômica, porque, de discussão sobre irregularidade, até agora zero. Então, nós estamos discutindo política econômica. Se nós vamos discutir política econômica, nós vamos discutir eficiência do banco. E a eficiência de qualquer negócio se mede pelos resultados dele inclusive. Um banco vive de empréstimos e financiamentos. A inadimplência é uma das menores do mundo.



Portanto, nós não temos o que questionar, sob esse ponto de vista. E, aliás, quero fazer um paralelo disso com a CPI da PETROBRAS, que é cada vez mais frágil. E digo isso porque na PETROBRAS, como nós vimos lá, com todos os depoimentos, com as investigações, que houve prejuízo real. E isso se pode avaliar. E, aliás, quem é de outra matriz ideológica e de análise macroeconômica pode achar que essa política macroeconômica foi equivocada. Talvez o Brasil tivesse entrado em recessão. Seria bom se isso ocorresse. É a criatividade destrutiva. Se fizessem isso lá atrás; aí talvez a gente não tivesse nem discutindo aqui sobre os 8 mil empregos perdidos na indústria naval. Mas, também, não teríamos discutido 72 mil empregos a mais que foram criados.

Então, claro que esse debate é um debate de mérito, um debate macroeconômico. Mas cada vez que a gente participa aqui a gente identifica mais essa questão de que as irregularidades, as possíveis irregularidades do BNDES — e mesmo o tráfico de influência — são coisas frágeis. E até o objeto da CPI cada dia mais fica esvaziado, em função dos resultados e das investigações que nós temos feito, dos depoimentos, do estudo dos documentos.

Não vi até agora nenhum segmento da Oposição apresentar aqui um documento consistente que demonstre irregularidade, tratamento diferenciado, no que diz respeito não a uma decisão política de beneficiar aquele setor, de incentivar aquele setor. Aliás, o país que não fizer isso está fora da competição internacional, um país que não privilegiar certos setores para criar competitividade internacional está fora dessa economia.

Portanto — e, por último —, o questionamento que faço ao ex-Ministro é o seguinte: na abordagem e na definição dessas políticas econômicas, das políticas de financiamento do BNDES, houve, por parte dessas empresas beneficiadas ou possivelmente beneficiadas ou, melhor dizendo, incentivadas pela política econômica nacional, algum tipo de tráfico de influência? O senhor foi procurado? Foi determinado algum intermediário que fizesse com que o senhor, na época na presidência do BNDES, assumisse um posicionamento ou recebesse, por tráfico de influência do Planalto — na época, o senhor estava no Banco Central — alguma decisão em relação aos empréstimos e financiamentos definidos pelo banco? Esta é a primeira pergunta.



E a segunda: mesmo na posição de Ministro — e agora vem esse debate sobre todos os incentivos para as indústrias automobilísticas, política que já existe há muito tempo — houve tráfico de influência? Houve decisões que burlassem o rito normal dos critérios técnicos adotados pelo Banco? Eu não vi até agora nenhuma prova de que algum critério tenha sido burlado em relação à rigurosidade do trâmite dos financiamentos do BNDES.

Então, eu gostaria que essas duas perguntas fossem respondidas, porque, em relação aos resultados da política macroeconômica, eu diria que, com todos os problemas, o Brasil hoje está muito melhor que em janeiro de 2003, sob todos os aspectos — do aspecto do desemprego, do aspecto das reservas cambiais, do aspecto da atividade econômica. Não tem comparação. Aliás, podem trazer qualquer dado para comparação. Desafio que se traga qualquer dado sobre política econômica de 2003 para comparação com o que se tem agora. Hoje, há toda uma base de sustentação do incentivo e das políticas anticíclicas.

Portanto, do ponto de vista específico da CPI do BNDES, eu gostaria de ter essas duas respostas do ex-Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Deputado. Em relação à primeira parte, se houve qualquer tráfico de influência, qualquer intervenção do Planalto para direcionar empréstimos, jamais houve nada parecido. Nunca houve isso. O senhor perguntou no meu tempo, em que eu era Presidente do BNDES. Em relação... Desculpe-me, a segunda parte...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Se isso ocorreu enquanto V.Sa. era Ministro, em relação ao BNDES.

O SR. GUIDO MANTEGA - Absolutamente, como Ministro, não tive nenhuma interferência na decisão de empréstimos do BNDES. Isto é uma questão distante. Seria impossível acompanhar — imagina — a liberação de 180, 190 bilhões. São milhares, milhares... Absolutamente, nunca houve nenhuma influência desta natureza, nem quando eu era Presidente, nem quando eu era Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa. e passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Paulão, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, cumprimento o ex-Ministro Guido Mantega.



Seja bem-vindo ao Parlamento.

A exemplo do companheiro que me antecedeu, eu também não vou repetir, para otimizar o tempo. Em relação à política econômica, há um debate ideológico importante, mas, também a exemplo do companheiro que me antecedeu, eu concordo com a política implantada pelo Governo.

Ministro Guido Mantega, hoje, na *Folha de S. Paulo*, na página de Economia, na coluna Mercado Aberto, há uma matéria cujo título é: *Empresários querem rever condições do BNDES*. Foi entrevistado José Martins, Presidente da FABUS, associação do setor, e Vice-Presidente da Marcopolo. Diz a reportagem:

“Voltado para a compra de máquinas, ônibus, caminhões e outros ativos, o PSI — Programa de Sustentação do Investimento foi reduzido de um total de R\$50 bilhões para R\$19,5 bilhões”.

A apresentação que V.Sa. fez tratava do PSI. E há uma declaração forte: *“Se não formos atendidos, todos vão quebrar. O Governo vai destruir o segundo maior produtor de ônibus do mundo, que é o Brasil”.*

Tal afirmação é referendada por Carlos Pastoriza, Presidente da ABIMAQ.

Essa discussão existe porque o atual Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, altera a regra que V.Sa., no comando da Fazenda, realizou no sentido de fazer essa política anticíclica. Aí eu gostaria que V.Sa. pudesse externar a sua visão. É claro que já falou sobre isso, mas pergunto qual é a sua visão sobre essa situação.

Eu já vou fazer as outras perguntas, para otimizar o tempo, e, no final, por favor, que V.Sa. possa responder.

Qual é a sua visão em relação à participação principalmente do BNDES nesta política internacional? É claro que já foi respondido, mas é importante enfatizar a importância estratégica dos bancos públicos no financiamento das exportações. É uma prática no campo internacional neste momento da economia, principalmente com a retração da economia chinesa. Qual é o papel estratégico do BNDES em relação a essa exportação de bens e serviços?

Outra pergunta: durante o período em que V.Sa. foi Presidente do BNDES, houve estudos claros, evidências do desempenho empresarial em relação a essa política industrial implantada?



Outra pergunta: qual é a sua avaliação do uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT pelo BNDES? Há um questionamento principalmente da Oposição, logicamente fazendo o seu debate no campo das ideias, de que esse uso não foi correto. V.Sa. concorda com essa visão? Foi importante o uso do FAT? Houve prejuízo, principalmente em relação aos trabalhadores, já que tem vinculação direta o seu Fundo de Garantia?

Seria isso.

Sr. Presidente, neste momento, quero mais uma vez parabenizar esta Comissão pela vinda o ex-Ministro Mantega, que, num primeiro momento, teve um problema de saúde na família, mas se justificou. Isso mostra a visão republicana da relação de uma pessoa que foi do Executivo, comandando várias pastas importantes, em relação ao Parlamento brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Paulão.

Passo a palavra ao Sr. Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Presidente. Em relação a mudanças e condições do BNDES e suas consequências às empresas, de fato houve uma elevação da taxa de juros cobrada nos programas. O PSI ficou sem recursos, então não existem mais aquelas taxas. Praticamente não há subsídio agora, neste momento. É um momento de alguma austeridade. Eu reconheço que há necessidade de fazer um ajuste. Periodicamente todos os Estados têm fazer ajustes. Todos os países, depois de determinados ciclos, têm que fazer um ajuste, procurar diminuir despesas, ganhar fôlego para um novo ciclo. Então, eu entendo as reclamações aqui do setor de ônibus. É um momento ruim para a indústria de ônibus, a indústria de transporte de modo geral, mas também entendo as posições do Governo de que se trata de diminuir o subsídio. Aliás, eu já havia anunciado isto. Em 2014, eu já dizia: *“Olha, nós vamos diminuir o subsídio e vamos parar com isso”*. É uma questão de fôlego. Não se tem fôlego para fazer uma política de subsídios muito longa. Contava-se com a recuperação da economia internacional, que não houve, então... Bom, mas aí há que se ganhar um fôlego para depois partir para a nova política. Eu vejo que o BNDES continuará tendo um papel fundamental na



estratégia de desenvolvimento nacional, pelo menos enquanto os bancos privados não assumirem uma parte da sua função, porque o BNDES poderia ter uma atuação menor se os bancos privados quisessem financiar o longo prazo, quisessem financiar infraestrutura. Nós tentamos muito fazer isso. Tem gente que acha que nós queremos que o BNDES seja infinitamente grande. Não é nada disso. O BNDES e os bancos públicos aumentaram a sua atividade no momento em que o setor privado se contraiu. Então foi para compensar. Mas o ideal seria que todos trabalhassem, que os bancos privados também trabalhassem. Agora, o BNDES tem que ficar como o banco que vai enfrentar aqueles empreendimentos que o setor privado não vai enfrentar: financiamento de hidrelétricas, financiamento de ferrovias, financiamento de grandes portos, *etc.*, inclusive fazendo parceria. Eles podem fazer parceria. O BNDES e os bancos privados podem fazer parceria. Enquanto nós precisarmos de infraestrutura, e vamos continuar precisando, Deputado, é importante ter o BNDES fazendo esse papel e com ajustes periódicos que todas as instituições têm que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Paulão, V.Exa. está satisfeito?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não. Só faltou, Ministro, a questão do FAT.

O SR. GUIDO MANTEGA - O FAT foi um fundo criado para financiar o desenvolvimento. Qual é o interesse do trabalhador? Gerar emprego, porque eu acho que o bem maior para o trabalhador é o emprego. O trabalhador que não têm emprego está marginalizado. Então todos os esforços têm que ser feitos no sentido de garantir emprego ao trabalhador e aconteceu uma grande expansão de emprego nos últimos anos. O FAT, por definição, tem uma remuneração pequena, porque o objetivo não é o FAT ganhar dinheiro. O objetivo é o FAT criar benefícios para os trabalhadores, entre os quais, contribuir para a geração de empregos, de renda, melhoria de condições de vida. Então, de fato, o FAT vai faturar menos. Ele depende muito das taxas de juros. Quando a SELIC é muito alta, o seu rendimento se distancia. Quando a taxa de juros é mais baixa, a inflação é mais baixa, o rendimento fica melhor, mas a finalidade dele foi justamente ser um *funding* de recurso barato para financiar habitação, investimento, desenvolvimento e criação de empregos. Eu acho que ele cumpre a sua finalidade. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O próximo inscrito é o Deputado Carlos Zarattini, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos os colegas Deputados.

Eu gostaria de dizer que acompanhei boa parte desta audiência. Não pude acompanhá-la no seu todo, mas acho que o nosso ex-Ministro Guido Mantega deu aqui satisfações bastante importantes a esta Comissão e esclareceu muitas das dúvidas que foram colocadas.

Eu queria aqui só aproveitar esse tempo, Ministro, para prestar a V.Exa. uma homenagem. O senhor foi um dos mais longevos Ministros da Fazenda do nosso País e responsável por um período de grande desenvolvimento em nosso País.

Então, a sua política, a política que o senhor conduziu à frente do Ministério da Fazenda foi muito importante. Hoje, quando a situação econômica mundial, a situação econômica dos países emergentes, como o senhor mesmo colocou, ela mudou, essa situação mudou, existe um novo equilíbrio, essa situação de crise, em nenhuma hipótese, pode ser atribuída ou procurar se condenar o período em que o senhor esteve à frente do Ministério, porque a vida das pessoas mudou nesse período. A vida das pessoas efetivamente mudou.

Hoje, nós temos milhões de brasileiros que puderam melhorar sua casa, que puderam investir, que puderam comprar aparelhos eletrodomésticos, comprar televisão, comprar um automóvel, ou ter uma casa própria, ou ainda ampliar sua casa.

Nós temos outro País. Não é o mesmo Brasil em que nós estamos vivendo. Estamos vivendo em um Brasil diferente com muito mais infraestrutura, com muito mais condições de desenvolvimento, com uma capacidade energética muito superior à que nós tínhamos anteriormente.

Hoje, além das hidrelétricas que nós temos, nós temos as usinas eólicas, temos energia solar, temos o desenvolvido de Angra 3. Enfim, o Brasil hoje é outro. E isso, Ministro, o senhor teve essa responsabilidade de fazer com que a gente pudesse ter esse avanço. nós tivemos mais que isso. Não foi também um momento em que o Brasil teve contradições, porque o Brasil como um todo cresceu. Todos puderam melhorar sua vida em nosso País.



Então eu acho que essa condução que foi feita na sua gestão foi muito importante para a vida do povo brasileiro. É uma coisa que se cada um olhar na sua própria casa vai sentir o quanto este País teve de avanço.

Estive em Salvador na última sexta-feira e pude ver lá uma linha de metrô sendo construída na Avenida Paralela. É uma linha de metrô financiada pelo Governo Federal através do BNDES.

Em São Paulo, temos linhas de metrô financiadas pelo BNDES. Houve investimentos em estradas, aeroportos. Hoje, os nossos principais aeroportos são completamente diferentes do que nós tínhamos antes, e isso graças à ação que teve a política econômica do seu Governo e também à ação do BNDES.

Então, este País mudou e mudou muito. Eu me lembro de quando cheguei a esta Casa, Deputado Paulão, e houve uma CPI do sistema aéreo. Houve uma crise do sistema aéreo por questões que envolviam clima, mas envolviam também a situação dos aeroportos, e aquilo foi uma questão que nós tivemos que mudar. E o Governo foi capaz de mudar.

Hoje, nós temos aeroportos amplos. Nós temos aeroportos com condições efetivas de atender bem a nossa população e vamos ampliar ainda mais, porque essa política é uma política que vem dando certo.

Então, parabéns, Ministro, só queria aproveitar esse tempo, nem vou usá-lo todo, para dizer que hoje na casa de cada brasileiro pode ser comprovado o sucesso da sua política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O próximo inscrito é o Deputado João Gualberto.

V.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Guido Mantega, eu fico assim pensando a dificuldade que tem a população brasileira de entender esta Casa, entender esta CPI.

Para o ex-Ministro, ele fez tudo certo, embora tenha sido demitido pela Presidente Dilma em plena campanha para segundo mandato, foi demitido nos programas políticos. O Ministro que assumiu o criticou muito. Deixou o Brasil numa situação em que a população hoje está pagando essa conta com desemprego,



inflação, e as pessoas do PT, Deputados do PT, e o Ministro colocam que está tudo maravilhoso. Só se for para as pessoas do PT. A população brasileira tem sofrido e sofrido muito!

Mas, Ministro, o senhor, no primeiro mandato do Presidente Lula, era mais ou menos um coadjuvante. Os Ministros fortes da economia eram o Palocci, que o senhor substituiu por corrupção. Ele foi pego lá na casa de um lobista com mulheres da vida dividindo dinheiro, e o senhor o substituiu. Ainda bem que o senhor não está envolvido em corrupção, graças a Deus, como muitos do PT estão envolvidos, parece que o senhor não foi envolvido. E o senhor o substituiu. Mas, antes, o senhor foi um Ministro do Planejamento muito apagado. Depois o senhor ficou, mais ou menos, 2 anos lá e foi ser Presidente do BNDES. O senhor sente que foi valorizado, promovido ou rebaixado naquele momento? Depois o senhor responde. Eu quero entender. Ou está tudo uma maravilha? O Brasil está maravilhoso, segundo o ex-Ministro.

Então, o senhor assumiu a Presidência do BNDES.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - É falta de pauta desta CPI.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Exatamente, porque ninguém aqui pode colocar as pessoas que interessam, porque o Governo está blindando tudo: o Eike Batista, a Friboi. O Deputado Davidson Magalhães falou que não está sendo produtiva esta CPI, porque a gente não pode convocar ninguém, porque o PT e o Presidente Eduardo Cunha blindam tudo. Não podemos chamar ninguém aqui, por isso que esta CPI não avança. Esta é a verdade, e o brasileiro tem de escutar isso. Tudo está sendo blindado pelo PT e pelo Presidente Eduardo Cunha, e não podemos chamar absolutamente ninguém. Aí, chamam o senhor, que vem dar uma aula aqui, dizer que o Brasil está maravilhoso, que o senhor deixou o Brasil bem, e eu queria entender isso.

Eu queria que V.Exa. respondesse: a crise mundial de 2008 atrapalhou o crescimento do Brasil? Também que o senhor respondesse que, quando o mundo estava crescendo de 2003 a 2008, que coincide com o Governo Lula, esse crescimento mundial ajudou o Brasil ou não? Porque hoje só se fala em crise, mas os Estados Unidos vão crescer mais de 3% o seu PIB, o desemprego lá é 5.1, e o Brasil vai chegar a 10.



A Bahia, governada pelo PT, supera em 12% já o desemprego. Então, não sei que país maravilhoso é esse em que está vivendo esse povo do PT, a não ser — desculpe-me a franqueza aqui, as pessoas não gostam que eu fale a verdade — aqueles que estão envolvidos na corrupção, que receberam milhões. Aí, sim, esse Brasil está bom, para essas pessoas que estão envolvidas na corrupção.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Carlos Zarattini, o senhor sabe muito bem... Deixe-me falar, o senhor falou aqui, elogiou o Ministro, falou tudo o que quis falar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Deputado João Gualberto, por favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Então, Sr. Ministro, esclareça para o povo brasileiro que país é esse que o senhor deixou. O senhor foi demitido, repito, em plena campanha, e o senhor acha que fez um bom trabalho.

Aquelas mentiras da Presidente Dilma, na sua reeleição, tinham o aval do senhor? Ela mostrou um Brasil próspero, que ia continuar crescendo em 2015. Tinha o aval da equipe econômica ou não? Ela estava enganada por vocês ou ela mentiu de propósito?

Eu queria que o senhor respondesse isso. Eu fico mais 1 minuto aqui.

O SR. GUIDO MANTEGA - Deputado, em primeiro lugar, não fui demitido. O que aconteceu ali? Eu já vinha me preparando para sair do Governo, porque eu fui o Ministro mais longevo e tinha um sério problema na família. Então, eu já tinha dito a ela que não ficaria, caso ela fosse reeleita, porque eu não poderia, eu tinha um compromisso com a minha família. Na verdade, quando eu saí de casa, em 2002, era para ficar um mandato, porque a minha família ficou em São Paulo e eu fiquei aqui. Aí, passou o mandato, e “é só mais um”. Então, fiquei mais um, e a família, filho pequeno e tudo mais. Portanto, em 2014, eu ia sair, e ela sabia que eu ia sair. Aí, ela falou numa entrevista “*eu vou trocar a equipe*”, não sei o quê, porque ela já sabia que eu ia sair. Então, se é uma forma de demissão... Inclusive, no final do Governo, eu já queria... Depois, ela falou: “*Tem nova equipe*”. E eu falei: “*Eu quero sair, eu já posso sair, porque você já tem...*” E ela não deixou. Falou: “*Termine todos*



os trabalhos até dezembro, encerre e passe as coisas”. Então, foi isso. Então, eu não me sinto demitido, eu não fui demitido, porque ela sabia que eu sairia mesmo, de qualquer maneira. Também não acho, não estou afirmando que as coisas estão cor-de-rosa, que as coisas estão maravilhosas. Existem vários problemas aqui, eu poderia enumerá-los, se o Presidente não me cortasse a palavra. Daqui a pouco ele vai me cortar a palavra, se eu me estender aqui. Então, na verdade, sim, estamos passando por uma crise, falei que é o pior ano para os emergentes, e não é só o Brasil. Nós estamos todos com vários problemas. O principal problema é a falta de demanda no mercado internacional. Não tem para quem exportar, secou a demanda, mesmo os países avançados estão crescendo pouco. Então, o que eu tenho dito é que o Brasil, mesmo assim, com essas dificuldades... Hoje nós estamos com inflação alta, hoje nós estamos com um déficit público. Mas, se o senhor olhar um período recente, nós acumulamos uma série de vantagens, que não vão se dispersar. Foi isso que eu tentei dizer. Então, não procurei desenhá-lo, não há um... Pelo contrário, esse ano o PIB vai ser negativo em 3%, não é bom, o desemprego vai aumentar. De tudo isso, nós temos consciência. Agora, periodicamente, as economias passam por ajustes, passam por ciclos. Em 2009, houve também um crescimento pequeno, se pegarmos mais atrás. Então, eu reconheço todas as dificuldades que temos agora. Mas não é por isso que vamos jogar fora tudo o que foi feito. De fato, comparando, o Brasil tem mais reservas, o Brasil tem mais mercado consumidor, tem uma série... Eu não vou repetir aqui para não entediá-los. Mas, se o senhor perguntar: *“A crise de 2008 atrapalhou o Brasil?”* Claro, atrapalhou todo o mundo. O mundo todo foi atrapalhado pela crise. Se não houvesse a crise... Nós estávamos numa trajetória muito boa. Em 2006, quando eu me tornei Ministro, o crescimento do PIB foi 4%, e o investimento começava a empinar. Em 2007, nós lançamos o PAC, que era um programa para acelerar o crescimento. Em 2007, nós crescemos 6%, e gerando emprego. Em 2008, nós estávamos crescendo 6%. No último trimestre, veio a crise, e, aí, o crescimento foi menor, foi 5%, mas, ainda assim, muito bom para os padrões do Brasil. Aí, depois veio a crise e aí nós diminuímos. Foi aí que começou a política anticíclica. Não havia antes essa política, está certo? E aí, na crise, o desempenho é outro. Eu não vou repetir aqui para não entediá-los, mas, então, a resposta é: sim, a crise atrapalhou a economia. O senhor



pergunta se a expansão da economia mundial, que se deu a partir de 2002/2003, ajudou o Brasil. Sem sombra de dúvidas, ajudou o Brasil e todo mundo. A China deu aquela bombada na economia. Quem puxou foram os emergentes: a China, a Índia, e aí o Brasil também entrou nessa trajetória. O comércio exterior se expandia. Então, de fato, nós surfamos numa boa onda de expansão. Depois veio a crise, o vento ficou contrário, ficou mais difícil. São mais problemas para resolver. Em relação às previsões que foram feitas no período eleitoral, houve enganos de todo mundo. Então, eu vou lhe citar aqui a projeção Focus, porque a projeção Focus é o mercado. A projeção — eu não sei se o senhor sabe — são 50 instituições financeiras de que o Banco Central capta sua opinião. E aí, em janeiro de 2014, qual era a previsão Focus para o crescimento da economia em 2014? Eram 2%, 1.99% para ser exato. Cresceu? Não, não cresceu. Nós acreditamos nisso também; ou seja, o mercado se enganou e nós nos enganamos. Nós não vimos os problemas que estavam vindo pela frente que era uma seca muito forte, que era a redução do preço das *commodities* e uma série de coisas, uma crise política que já se colocava no horizonte, a Copa do Mundo. Enfim, uma série de problemas que os senhores conhecem. Todo mundo se equivocou, mas, em janeiro de 2015, a previsão do Focus — eu pego o Focus porque é o mercado; a gente pode dizer que nós erramos, mas eu estou dizendo que erramos junto com o mercado —, a previsão do mercado era 0.4% de crescimento em 2015. O Ministro Levy achou que, em 6 meses, ia fazer o ajuste da economia e que estava crescendo no segundo semestre. Bom, a gente a se equivoca, faz as previsões equivocadas e, a partir disso, emitiu opiniões com base nessas previsões, que, depois, se verificaram não estar corretas. Então, não houve má fé, mas houve erro mesmo, equívoco de todos, do mercado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Eu queria, antes de abrir novamente, por favor, Ministro, pedir que seja um pouco mais sucinto, até por causa do nosso tempo. Eu agradeceria muito.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Mantega, o senhor colocou que o senhor se equivocou, a equipe se equivocou. E o aumento, logo depois, do combustível na energia elétrica estava previsto? Os senhores falaram para a



Presidente Dilma: *“Assim que a senhora ganhar, vai ter que aumentar o combustível e a energia elétrica”?*

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, a energia elétrica começou a crescer em 2014. A energia elétrica cresceu 18.5% em 2014. Então, nós não estávamos represando preços, como alguns dizem. Pelo contrário, nós estávamos aumentando os preços. Isso era por causa da seca. Houve uma seca muito forte no País que acabou elevando... Alguém tinha que pagar essa conta e a conta... A gente tentou fazer uma, digamos... o Governo tentou bancar uma parte dessa conta, mas a outra ponta o consumidor tinha que pagar. Então, subiu 18%. A seca...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - No pós-eleição, subiu quanto?

O SR. GUIDO MANTEGA - A seca...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - No pós-eleição, subiu quanto?

O SR. GUIDO MANTEGA - No pós-eleição, subiu mais, mas não é por causa da eleição.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não foi por causa da eleição?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, mudou a estratégia.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Em 2012, quando baixou a energia, foi para ganhar as eleições de Prefeito?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, absolutamente. Não foi em 2012, foi em 2013. Em janeiro de 2013 é que se fez a redução da tarifa de energia. Não se esperava a seca que aconteceu. Então, a seca bagunçou todo esse cenário. Então, a seca foi grave. E a seca é a principal responsável pelo aumento da tarifa e o aumento da inflação.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Só por último, o senhor falou que os países emergentes estão também com problema de crescimento.

O SR. GUIDO MANTEGA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Só que eu tenho aqui que o México vai crescer este ano 2.5%; o Chile vai crescer mais de 2%; a Grécia, com todos os problemas que estava passando, vai crescer 0.5%; a África do Sul vai crescer 2%. Eu não sei onde está essa crise. Esses países não são emergentes?

O SR. GUIDO MANTEGA - São. Então, vou lhe dizer...



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Todos estão crescendo. Não estou entendendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João, para V.Exa. finalizar, por gentileza.

O SR. GUIDO MANTEGA - Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sr. Guido.

O SR. GUIDO MANTEGA - O Chile crescia 6% e está crescendo 1,9%. O Peru está crescendo a metade, a Colômbia está...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUIDO MANTEGA - Então, mas o Peru estava crescendo mais do que isso. Todos estavam crescendo mais e todos estão reduzindo seu crescimento. Estão sendo puxados pela China. A China puxa todos nós. A Rússia vai ter menos 4,5% de crescimento este ano. Então, todos estão sendo... Não é opinião minha, Deputado, se o senhor olhar as análises, não sou eu que faço, quer dizer, 2015 vai ser o pior ano para os emergentes. Agora, houve uma combinação...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Mas todos cresceram, não é, Ministro?

O SR. GUIDO MANTEGA - Mas em compensação o México, em 2008, 2009, teve menos de 4% de crescimento, e nós, menos de 0,3%, está certo? Então, há tempos diferentes para os países. Em 2010, o México deve ter crescido 2,5%, 3%, e nós crescemos 7%. Então, tem que olhar um período mais longo. Mas, de fato, os emergentes estão em dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado João Gualberto.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Reginaldo Lopes, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Obrigado, Presidente. Eu quero também, aqui, em primeiro momento, também elogiar a postura firme e competente do Ministro Guido Mantega. Por quê? Porque é muito fácil ser engenheiro de obra pronta. A obra está pronta, tem um monte de engenheiro.

Parece que a Oposição, que, além de ser engenheiro de obra pronta, tem um pouquinho de incompetência também na análise. Eu vou explicar por quê. Primeiro,



o resultado prático da política de aporte do Tesouro ao BNDES, de 450 bilhões, que na verdade, V.Sa. explicou muito bem, não é gasto, é empréstimo, parte que é subsidiado, que incomoda setores da Oposição, que sempre tiveram um bom alinhamento estratégico com os bancos privados e preferem tentar incentivar a ampliação de crédito pelos bancos privados, que, na verdade, nunca teve resultado positivo no desenvolvimento do País.

Mas o BNDES tem uma função muito objetiva, prática, de fomentos, desenvolvimento, e também a avaliação no pior momento da crise internacional, 2008 até 2014, o resultado prático é que nós geramos 10,1 milhões de novos empregos. É isso, pelos números que o senhor apresentou aqui, somando um total de 10 milhões de novos empregos.

Para alguns, isso pode ser... Talvez não tenha importância, talvez tenha preferência para a política atual, porque tem pelo atual Ministro, com certeza, mais estima que pelo senhor. Porque é evidente que olhar é diferente. Não é o senhor que está falando, eu estou falando. É evidente que...

E a política atual, até agora, eu acho que não entregou nem por setores empresariais e menos ainda também para o povo brasileiro, porque, de fato, o resultado prático, é evidente que a economia tem momentos, tem ciclos, mas o resultado prático, realmente, é desemprego. Essa política é adorada, amada por setores da Oposição no Brasil, porque nunca sofreram com o desemprego.

Portanto, eu quero dizer aqui que é evidente que cada momento é um, que cada crise precisa ter novas ferramentas para ser superada, mas o que está em jogo, nessa terceira fase, que eu também concordo, da crise internacional, é que nós precisamos redefinir, com certeza, e ter um diálogo aberto com a sociedade brasileira. Qual é o verdadeiro papel do Estado brasileiro?

E, a partir daí, nós temos que ter coragem de discutir qual o tamanho da política tributária. Por quê? Porque a sociedade brasileira... E aí a Oposição fica muito irritada, porque eles imaginavam que a sociedade brasileira, em 2014, ia fazer uma posição por menos *status*, não por mais *status*. E apostaram no grande resgate do legado do Fernando Henrique, e aí veio a candidatura do Sr. Aécio Neves como líder dessa história, desse período da economia brasileira, que, na prática, não



produziu nada de positivo do ponto de vista de distribuição de renda e de melhoria, eliminação da miséria, da desigualdade, aumento da classe média.

De fato, nesse momento, eu acho que a política atual — e eu falo mais da orçamentária, perante o Estado que nós temos e as demandas — se demonstra insuficiente. Houve o primeiro ajuste, insuficiente orçamentariamente.

Estamos na fase agora de um segundo ajuste. Eu poderia até dizer que desconfio que, se continuar produzindo recessão, poderá ser novamente insuficiente. Esse é o debate. Então se quer uma nova política que avance na questão tributária. E aí tem que cobrar dos mais ricos, alguém tem que pagar essa conta. E esta Casa é muito sensível aos mais ricos: prefere sempre cobrar dos mais pobres, botar a conta nos mais pobres.

Então, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Qual é o desafio, para um Estado, para uma sociedade que quer mais, quer mais Estado, quer mais eficiência nas políticas públicas? Nós temos que ser mais eficientes. Qual é o desafio de definir essa política tributária, neste momento em que se tem restrição internacional, para que possamos fazer essa travessia, como a Presidenta Dilma tem colocado muito bem?

Mais uma vez, parabéns! O povo brasileiro tem muito orgulho de o senhor ter prestado serviço ao nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Reginaldo pela colocação e também pelo cumprimento regimental do tempo.

Passo a palavra ao Sr. Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Presidente. A questão que o Deputado coloca é uma questão complexa, requer uma reflexão. Mas eu acho que essa questão do papel do Estado é uma questão muito discutida. Qual deve ser o papel do Estado? Tem aqueles que acham que o Estado deve ser minimalista, outros não. Eu acho que depende da ocasião. Eu acho que o Estado, num período de crise, tem que ter uma atuação maior. Eu não tenho dúvida quanto a isso. E tem outros economistas que teriam uma atuação menor. Então, é uma posição keynesiana *versus* uma posição liberal. E não tem que haver preconceitos e posturas ideológicas sobre certas questões. Então, por exemplo, o Estado tem que ter uma situação fiscal equilibrada, porque você não sustenta uma situação desequilibrada



por muito tempo. Então, nós fizemos... Eu, durante muitos anos, como Ministro, fiz superávit primário todos os anos, com exceção de 2014. Todos os anos, tivemos. Então, tem momentos em que você faz menos, aí depois você tem que buscar sanear a conta e fazer mais. A política tributária, ela tem que ser uma política que permita que haja crescimento e desenvolvimento. Então, ela tem que encontrar o seu ponto de equilíbrio. No Brasil, tradicionalmente, ela é uma política mais pesada. Houve muita formalização nos últimos anos, e ela continua alta, embora nós tenhamos feito desonerações. Mas o ideal é você não onerar muito a sociedade e você fazer desonerações. Alguns até me criticaram por fazer desonerações — a desoneração da folha de pagamentos, por exemplo. E eu acho que foi correto. Então, a política tributária, ela tem que viabilizar um crescimento maior da economia. E eu acho que a grande luta dos países, no período em que nós vivemos agora, é buscar o caminho de um crescimento maior, porque o mundo está fadado a um crescimento medíocre. Não sou eu que estou dizendo, veja o que o Fundo Monetário diz. O Fundo Monetário diz: *“Olha, há uma forte tendência a que tenhamos um crescimento medíocre nos próximos anos”*. O Lawrence Summers, que foi esse Secretário do Tesouro americano, fala de uma estagnação secular, ou seja, os países avançados não crescerão mais do que 1,5%, 2%, 2,5%, não têm condições de crescer, pegando Japão, Estados Unidos e União Europeia. A esperança estava com os emergentes, que estavam crescendo mais. Então, nós vivemos com esse risco hoje. É um risco concreto. O mundo está crescendo menos. Então, como é que faz? O desafio que todos temos é: como é que faz para não deixar cair nesta mediocridade? Para o Japão, um crescimento pequeno não é um grande problema, porque a população japonesa já tem um *status* de 60 milhões, desculpe, de 60 mil dólares por ano. Então, o problema é nosso. O nosso é 8, 9, 10 mil dólares por ano. Os países emergentes têm que buscar caminhos para um crescimento maior. Isso é um desafio para nós, para todos nós. Não estou dizendo que é fácil e que tem saídas fáceis. Este é o desafio que nós temos que enfrentar: qual é o caminho que nós temos para trazer um crescimento maior com todas as suas consequências?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Deputado Reginaldo Lopes, indago a V.Exa. se está satisfeito. *(Pausa.)* Está.



Sobre a mesa, há requerimento de autoria do Líder do PSDB, Deputado Carlos Sampaio, que designa o Deputado Alexandre Baldy, para utilizar a Comunicação de Liderança pelo Partido Social da Democracia Brasileira.

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Baldy, por 7 minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de esclarecer alguns pontos que foram colocados aqui, com muita particularidade.

Primeiramente, o nobre colega comentou que a Operação Lava-Jato nada teria a ver com esta CPI. Ora, na PETROBRAS, como muitos sabem, foram investidos bilhões e bilhões de reais por parte do BNDES, como na Refinaria Abreu e Lima. O ex-Ministro Guido Mantega foi membro dos conselhos que autorizavam créditos suplementares para investimento da ordem de 23, 25, 30 bilhões de reais na PETROBRAS, que, porventura, aplicou na Refinaria Abreu e Lima. Houve superfaturamentos ali que horrorizavam, o que acabou culminando numa crise ética, moral e, principalmente, econômica.

A PETROBRAS, como muitos economistas dizem e o ex-Ministro gosta de mencionar, retira pelo menos 1% do crescimento do nosso PIB, neste ano de 2015, pela falta de investimento. Então, há sim uma crise ética, moral, de corrupção, aliada ao BNDES.

Nós recebemos aqui, ex-Ministro Guido Mantega, o Sr. Dalton Avancini, que era Presidente da Construtora Camargo Corrêa, e ele mencionou que a Usina de Belo Monte só foi viabilizada porque o BNDES aportou recursos para aquele empreendimento. Por quê? Porque o preço da energia negociada não viabilizaria um empreendimento como aquele. Então, utilizou-se o banco para levantar um empreendimento, pagaram propinas, o que gerou a crise ética e moral que se vive no Brasil e, fundamentalmente, no Governo do PT.

Eu gostaria de colocar também que esse tráfico de influência, muito citado por todos os veículos nacionais, pela Lava-Jato, e, agora, fiscalizado por nós, nesta Comissão, é uma situação delicada. Colegas comentam que, historicamente, uns e outros querem demonstrar algo, mas já está comprovado que houve o tráfico de influência na PETROBRAS. O regime de preferência foi algo que culminou no tráfico de influência, para que a corrupção fosse instalada na empresa, gerando um



prejuízo da ordem de quase 90 bilhões de reais e uma propina, que já foi colocada no balanço, da ordem de 6 bilhões de reais, fruto de prejuízo de dinheiro do cidadão brasileiro.

Outros inquéritos estão sendo investigados pelo Brasil, seja pelo Ministério Público Federal, seja pela Polícia Federal, e há a perspectiva de que o tráfico de influência ocorreu pelo ex-Ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, que está sendo investigado na Operação Acrônimo e outras mais, porque empresas foram citadas por estarem sendo beneficiadas nessas ou naquelas operações. O ex-Presidente Lula teve o seu filho, ontem, vítima de busca e apreensão. Com certeza, não é à toa. Não é à toa que uma empresa, ligada a *marketing* esportivo, que receba de uma empresa que é ligada a atos públicos e que negociou medidas provisórias, esteja sendo acusada de receber milhões de reais a título, obviamente, de empreendimentos esportivos. Que eu saiba, essa empresa que pagou ao filho do ex-Presidente Lula não tem ligação nenhuma com o setor automotivo e, principalmente, com as empresas que operam com o setor público, ainda mais o setor automotivo. Há a Operação Zelotes, a Operação Lava-Jato, e agora estamos investigando o BNDES.

Quanto à escolha de determinadas empresas em detrimento das outras, nós ouvimos aqui do ex-acionista do Frigorífico Independência, ex-Ministro Guido Mantega, que ele não teve um padrinho, que se ele tivesse um padrinho para poder representá-lo frente ao BNDES ou ao Governo Federal, ele não teria quebrado, que a segunda parte, a segunda *tranche* do empréstimo do BNDES haveria saído, e ele conseguiria assim pagar os seus compromissos. Ele não teve alguém para socorrê-lo, dentro do Governo, porque se criou uma política de supercampeã, injetando dinheiro numa empresa. Aí eu vejo aqui citação sobre o setor automotivo americano. A General Motors, no auge da crise, recebeu 49 bilhões de dólares do governo americano, mas, em 2014, dos 62% de ativos que o governo americano comprou da General Motors os últimos 2% foram vendidos, porque não é interesse do governo ser acionista de uma empresa privada ou haver essa concorrência ou esse desequilíbrio em certos segmentos econômicos.

O governo americano não subsidiou por desonerações, especificamente, um setor, mas injetou recurso público, porque ele estava atento para o fato de que



aquela empresa poderia possibilitar uma grande crise num segmento que emprega bastante. Assim poderia ter feito o próprio BNDES, mas escolheu certas políticas, em certos segmentos. O segmento automotivo foi escolhido de outra forma: com edição de MPs, escolhendo outras empresas, aumentando o IPI de determinadas empresas, prejudicando a concorrência livre, como nós vivemos numa economia de mercado no mundo capitalista, para que não pudesse perseverar.

Obviamente, isso prejudicou que montadoras pudessem vir para o Brasil, prejudicou que montadoras pudessem gerar empregos no Brasil e possibilitou que aqui essa reserva de mercado fosse ampliada.

Então, quer dizer, os programas sociais foram criados pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, como citado. Os programas foram reunidos pelo ex-Presidente Lula no Bolsa Família, a partir da ideia de um Governador tucano, como muito bem disse o ex-Presidente Lula, em 2003, em seu discurso, quando lançou o Bolsa Família. Então foram criados programas sociais em diversos segmentos pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e o ex-Presidente Lula teve essa ideia, colocada por um Governador tucano, de concentrá-los num cartão, para poder facilitar e melhorar esse acesso pela população.

Então, nós devemos entender que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que possibilitou que Estados e Municípios pudessem gastar de forma responsável e que o comprometimento com o dinheiro público não viesse de forma irresponsável. O Brasil hoje, com os Governos do ex-Presidente Lula e da atual Presidente Dilma, colhe frutos dessa situação que impede que Estados e Municípios se endividem, principalmente de uma maneira desordenada.

Mas, ao que me consta, hoje nós vivemos uma consequência financeira e econômica da política adotada. Eu gostaria de perguntar a V.Sa., e esta é a única pergunta que faço: em todos esses termos, V.Sa. concorda com a opinião manifestada recentemente pelo ex-Ministro Delfim Netto, Sr. ex-Ministro Guido Mantega, de que V.Sa. não tem responsabilidade pelos erros da política, cujas consequências hoje são desemprego, alta da inflação, crise no setor elétrico? Os aumentos expressivos de mais de 70%, nos últimos meses, fazem com que a população tenha dificuldade de pagar a sua conta de energia, tenha dificuldade de



abastecer o seu carro. O Governo quer aumentar imposto, como V.Sa. mesmo mencionou que foi feito em 2003, para poder haver o reconhecimento de que há necessidade de um ajuste. E V.Sa. comentou há pouco: *“Neste momento, há necessidade de haver alguma austeridade”*. Se há, é porque faltou austeridade em momento anterior. Então, faltou responsabilidade.

E eu aqui pergunto: os erros da política econômica não são de responsabilidade de V.Sa., como mencionou o ex-Ministro Delfim Netto, por que a Presidente Dilma Rousseff, a quem Delfim chama de trapalhona, exercia, de fato, a função de Ministra da Fazenda, juntamente com o Secretário do Tesouro Arno Augustin, e não seguia os conselhos de V.Sa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Alexandre Baldy.

Passo a palavra ao ex-Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA - O Deputado fez uma longa explanação, não é fácil acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa., com a inteligência e o poder de síntese que tem, Ministro, vai nos brindar com uma breve e bela resposta!

O SR. GUIDO MANTEGA - *(Risos.)* Mas está faltando o poder de síntese agora, Deputado! Mas, Deputado, de fato, eu não vejo ainda, nessas questões que foram mencionadas — Lava-Jato, problemas de superfaturamento, etc. —, como o BNDES está colocado, quer dizer, parece-me que o BNDES não tem responsabilidade, não tem envolvimento com esse tipo, pelo menos eu não vi. Talvez tenha passado aqui pela CPI, e eu não tenha assistido. O fato é que...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Só para informar V.Sa. — desculpe-me a interrupção — que foi mencionado aqui, anteriormente, por alguém do alto escalão do BNDES que os projetos da PETROBRAS, os projetos de usinas, como a de Belo Monte, eram tratados como excepcionalidades pelo BNDES. Quando chegavam dos órgãos competentes, eram tratados por um setor específico, assim como os projetos de investimento no exterior tratados pela CAMEX, sobre subsídios adicionais ou taxa de juros e carências que não eram normais, eles também eram tratados dessa mesma maneira.



Foi mencionado aqui por altos funcionários do banco — e é por isso que eu questiono V.Sa. — o fato de que financiaram obras superfaturadas, com aditivos, com falta de fiscalização. E eu creio que ocorreu por parte do banco.

O SR. GUIDO MANTEGA - Certo. E o banco teve prejuízo em função disso? Foi afirmado se teve algum prejuízo, alguma...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Olha, ex-Ministro, o banco até hoje não recebeu nada da operação da Refinaria Abreu e Lima. Com certeza, prejuízo já houve. Ele vai receber em algum momento porventura, mas eu acredito que o banco já deveria estar recebendo. Os aportes financeiros que o Tesouro tenha responsabilidade de fazer, para cumprir essas políticas de Governo, poderiam ser menores.

Então, quer dizer que, em 2016, poderá haver algum tipo de recebimento. Os empregos que eram para ter sido gerados numa refinaria como essa ou numa operação Belo Monte, pelo seu superfaturamento ou pelas propinas que ocorreram nessas obras financiadas pelo BNDES ou viabilizadas tão somente porque ocorreram esses financiamentos que poderiam, obviamente, ter sido responsabilidade desses que acataram, que receberam essas operações de crédito anteriormente.

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu não estou familiarizado com esses mecanismos. São internos ao BNDES. Não tenho como acompanhá-los. Eu queria dizer em relação àquilo que foi mencionado... O senhor falou de programas sociais que já existiam, o senhor falou da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quero dizer que concordo consigo. De fato, cada governo deve deixar uma herança para o governo seguinte, para que o governo assim possa melhorar aquilo que foi feito. Então, sempre reconheci que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma grande contribuição que foi dada pelo Governo Fernando Henrique. Tanto é verdade, que nós buscamos respeitá-la ao máximo, não deixamos que houvesse modificações nessa lei durante toda essa gestão. E de fato, alguns programas sociais começaram ali. Claro, começaram, depois ganharam outra magnitude. E eu vejo que pode haver uma complementariedade ou que pode haver, digamos, uma continuidade nas questões positivas, assim como os governos atuais vão deixar uma herança também que poderá ser aproveitada por outros governos, para dar passos melhores, mais



adiante. O senhor mencionou a questão do setor elétrico. O setor elétrico teve um grande problema que foi a seca. Então, o Governo tentou baixar a tarifa de energia elétrica, porque ela era considerada muito alta. O Brasil estava entre os países com a maior tarifa de energia elétrica. Isso atrapalhava principalmente a indústria. A indústria reclamava. Havia setores que diziam que iam deixar o País por causa disso. Foi decidido, em janeiro de 2013, baixar a tarifa de energia. E aí ela baixou para um patamar razoável. Bom, aí veio o azar, que foi a grande seca. Uma seca terrível que nos absorveu recursos orçamentários. Aí nós tivemos que subir tarifas justamente para utilizar procedimentos de mercado. Poderiam dizer: *“Não, a tarifa vai ficar baixa, e o Governo assume tudo”*. Não tínhamos condições de fazer isso. Então, as tarifas começaram a aumentar em 2014, aumentaram 18%. E elas aumentaram ainda mais em 2015. Então, eu acho que é isso que podemos falar e temos que falar de azar. Assim como em 2001, o Presidente Fernando Henrique teve um azar, teve uma seca também que atrapalhou o Governo dele, atrapalhou a eleição. Então, os governos são feitos assim: períodos de fortuna, períodos de sorte, de cenários melhores e de cenários piores. Quando os governos são longos, dois mandatos, você vai pegar um período ruim e um período bom. Então, eu devia ter saído no período bom (*riso*) e não ficado para o período pior, o período de acomodação de crise, como aconteceu. E é inevitável. Na economia capitalista há ciclos; há ciclos causados por uma série de razões. Ciclos de 6 anos, 7 anos de expansão, depois vem uma crise, vem um ajustamento. Depois vem um novo ciclo e assim vai embora. Então, agora, infelizmente, nós estamos na baixa do ciclo. Não estamos sozinhos, o que não é nenhuma vantagem, porque, se os outros estivessem melhores, eles nos ajudariam a resolver os problemas. E a vida continua. Daqui a pouco, nós teremos um ciclo de expansão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, eu queria a resposta para a pergunta que fiz ao Ministro Guido Mantega ao final: se ele concorda com a opinião do ex-Ministro Delfim Netto, até por conta de decisões, que ela foi aconselhada a não fazer no caso da redução da tarifa do setor elétrico, porque poderia ser precipitado, além de outras medidas. Como perguntei a V.Sa.,



pelos erros da política econômica, a Presidente, a quem Delfim chama de trapalhona, exercia, de fato, a função de Ministro da Fazenda, junto com o ex-Secretário Arno Augustin.

O SR. GUIDO MANTEGA - É muito difícil comentar. Respeito muito o Ministro Delfim Neto, meu amigo, mas ele fez quase que em termos de fofoca isso aqui. Não dá para saber exatamente. Eu acho que a Presidenta fez uma aposta em 2013. Na verdade, era necessário reduzir a tarifa. Era unânime. Todo mundo concordava. A tarifa era muito alta no Brasil. Então, tinha que achar um meio de baixar a tarifa. Aí antecipou o vencimento de contratos pactuados com os responsáveis e pegou um azar pela frente, que foi a seca. Se não tivesse tido a seca, o setor industrial brasileiro seria mais competitivo, as tarifas seriam mais baixas, a inflação seria mais baixa, mas, infelizmente, pegamos um fato extraordinário, que foi uma grande seca. É o que eu tenho a considerar, em relação a essa questão que o senhor colocou. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - O próximo Deputado inscrito é o Deputado Mauro Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Miguel Haddad, primeiramente, quero cumprimentar o nosso convidado, o Ministro Mantega — sempre Ministro.

Ministro, eu acompanhei a sessão e, até agora, houve 19 questionamentos. Então, as perguntas e as cobranças já foram feitas e já foram muito bem explicadas, na minha opinião, mas eu gostaria de perguntar a V.Sa. sobre sentimento. Eu acompanhei o seu depoimento no início, quando disse que, em 2008, quando começou a crise, para salvar os empregos, para salvar a indústria, foram liberados recursos do Tesouro na ordem 450 bilhões, para salvar os nossos empregos.

Ministro, o senhor deve estar acompanhando o que está acontecendo hoje. Eu sou de Caxias do Sul. Nós estamos vivendo uma recessão violenta. Aquelas empresas que viviam em pleno desenvolvimento, no setor de transporte, estão demitindo muito. São mais de 16 mil desempregados na nossa cidade; no Brasil, em torno de 1 milhão e 800 mil empregos estão indo embora. E o pior: o futuro ainda representa uma coisa mais grave.



A minha pergunta, Ministro Guido Mantega, seria a seguinte: o que o senhor faria hoje para o povo brasileiro se fosse Ministro? O senhor deixaria essas empresas, essas indústrias, esses microempresários, que hoje não estão mais conseguindo pagar o BNDES? O PSI não existe mais. Os juros estão em torno de 17% para se comprar um caminhão, uma carreta. Ao mesmo tempo, com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que é uma pessoa fora de série, nós já tivemos quatro reuniões e estamos pedindo que as dívidas desse pessoal sejam renegociadas — pelo menos as dívidas. Se não tem dinheiro novo, que haja renegociação da dívida e, ao mesmo tempo, linhas de crédito novas. Pelo jeito, o Ministro Levy, por enquanto, não está liberando nada.

Eu quero pedir a sua opinião, por ter sido Ministro e como brasileiro: se fosse Ministro hoje, o senhor deixaria chegar a essa situação o Brasil, o povo brasileiro, que está sofrendo, que está ficando doente com tanta preocupação, que não está conseguindo mais comprar comida, que não está conseguindo pagar a casa, que não está conseguindo pagar o caminhão? O senhor deixaria o Brasil chegar a essa situação a que chegou, se fosse Ministro hoje?

Primeiro, quero parabenizá-lo também pelo que ocorreu. Esse momento que o Brasil viveu de euforia, nós vivemos juntos, nós desfrutamos desse momento. Foi um momento único, foi muito bom. Só que agora, infelizmente... O pior é que, quando você mostra para um filho que a vida dele está um paraíso, de repente tira-lhe o tapete e o deixa sem nada. Está assim o povo brasileiro.

Então, a minha pergunta é essa: se o senhor fosse Ministro, seguiria esse ritmo que está hoje de depressão, de desemprego, de quebradeira e de coisa ruim ou o senhor faria alguma coisa, o mínimo, pelo menos, parcelar a dívida desses coitados que não estão conseguindo pagar o BNDES? Essa é a minha pergunta e muito obrigado.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sr. Deputado, V.Exa. me faz uma pergunta difícil e constrangedora, porque eu me colocar aqui no lugar de Ministro, tendo um Ministro, deixa-me numa situação muito difícil.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - É pelo povo brasileiro, Ministro. O povo brasileiro, se estivesse aqui hoje, pediria isso para o senhor. O povo está sofrendo, o povo está derrotado, o povo está triste. Os empresários, aqueles que



viviam na euforia, estão chorando hoje. Está horrível a situação do nosso País. Então, permita-me fazer essa pergunta, porque o senhor é o Ministro Mantega, o senhor é o homem que fez parte da história positiva do nosso País. E, no mínimo, alguma coisa talvez o senhor possa fazer.

Então eu estou pedindo e, ao mesmo tempo, fazendo essa pergunta que, com certeza, a maioria dos nossos empresários, o micro, o pequeno, o grande, todo mundo está preocupado com isso e faria essa pergunta para o senhor.

Muito obrigado.

O SR. GUIDO MANTEGA - Então, é uma pergunta difícil, mesmo porque esse retrato que V.Exa. deu é o retrato da realidade. É um momento difícil, é um momento de sofrimento das empresas e das pessoas. E o que nós temos que fazer é enfrentar os problemas, porque eles existem. Quais são os problemas? Temos que enfrentar os problemas e rapidamente. Então, por exemplo, quando se trata de decisões legislativas, eu aceleraria essas decisões para poder fazer o tal do ajuste e tudo mais. Trata-se de encontrar o caminho, para retomar mais rapidamente o crescimento, porque o que hoje nos aflige e nos joga para baixo é a falta de crescimento. A falta de crescimento significa gerar menos riqueza, gerar menos tributos, ter uma situação fiscal pior. Então, para mim, a chave disso tudo é: como fazer para abreviar esse ajuste que é, como eu disse, inevitável? Periodicamente, há ajustes na economia, há alguma parada. Mas nós estamos com a economia sem crédito, conforme V.Exa. mencionou, a demanda caindo, o desemprego aumentando. Mas eu digo: os fundamentos estão aí. O Brasil não é um paisinho que não tem recursos, que não tem... Então, nós temos que achar o caminho para acelerar a retomada do crescimento. Só a retomada do crescimento dirime todos esses problemas. Eu não posso aqui dar, digamos, indicações, porque seria uma ofensa para a equipe que está aí. É uma equipe que eu respeito, porque eu acho que tem competência...

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Por sinal, merece respeito nosso também, mas está... Coitado do povo brasileiro.

O SR. GUIDO MANTEGA - Tem gente que está lá que tem experiência. Aliás, todos têm. O Joaquim Levy já foi Secretário do Tesouro, durante 3 anos e pouco; o Nelson Barbosa foi meu Secretário-Executivo, durante um tempo. Então, é fazer



uma discussão em que a gente encontre como é que faz para acelerar. Então, por exemplo, tem que voltar a ter crédito no País, porque, senão, a economia não anda. E qual é a condição para liberar crédito? Então, eu só estou dando umas pistas, porque eu não quero cravar aqui uma política, se não vão dizer que eu estou aqui polemizando com o Ministro Levy, e esse não é o meu objetivo. Nós temos mais é que apoiá-lo e ajudá-lo a encontrar os caminhos, que são difíceis. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito bem.

O próximo Deputado inscrito é o Deputado Caio Narcio, pelo tempo de 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agradeço.

Sr. Ministro, eu gostaria que V.Sa. prestasse atenção para que, à medida que eu fosse fazendo as perguntas, V.Sa. pudesse ir me respondendo automaticamente. V.Sa. participou de um começo de Governo, no meu entendimento, que transformou a gestão do BNDES. Ao ver algumas medidas que foram tomadas por V.Sa., percebe-se que o banco foi preparado para uma nova etapa de desenvolvimento que levou a muitos contratos que acabaram sendo revelados como contratos fraudulentos ou que tiveram problemas com corrupção, e eu cito alguns aqui.

Em 2007, V.Sa. fez uma resolução que dispensava oferecimento de garantia de exportações. Correto? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso. Resolução... *(Pausa.)*

Quem é esse senhor que está do seu lado aí? V.Sa. poderia dizer? *(Pausa.)* Só responde para mim. *(Pausa.)*

Peço atenção para meu tempo. Primeiro, porque está errado. Eram 12 minutos. Enquanto eu vou fazendo a pergunta... *(Pausa.)* Certo. E só para ir interrompendo a contagem do tempo, à medida em que ele for respondendo. Pois não.

O SR. GUIDO MANTEGA - Quando eu não sei uma informação, porque são muitas, eu peço ao pessoal do BNDES, que sabe melhor do que eu, para que me ajude.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, o BNDES disponibilizou uma pessoa para acompanhar V.Sa. aqui hoje.



O SR. GUIDO MANTEGA - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. teve uma reunião...

O SR. GUIDO MANTEGA - Não... Mas eu acho que o BNDES está...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim ou não?

O SR. GUIDO MANTEGA - O BNDES possui um escritório aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, mas eu estou querendo entender o seguinte: o BNDES disponibilizou uma pessoa para acompanhar V.Sa.? Sim ou não?

O SR. GUIDO MANTEGA - O BNDES disponibilizou para me ajudar a entender as questões que eu iria responder aqui.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quando? V.Sa. teve uma reunião prévia dentro do banco para discutir isso?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu tive reuniões. Eu procurei ter reuniões para me inteirar do assunto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quando?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu tive na véspera desta reunião.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ontem, anteontem, hoje?

O SR. GUIDO MANTEGA - Sexta-feira.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sexta-feira? Poderia revelar o nome das pessoas que estiveram com V.Sa. no banco?

O SR. GUIDO MANTEGA - Bom, eu não sei se saberia todas, mas eu posso lhe encaminhar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não pode falar agora?

O SR. GUIDO MANTEGA - É que eu não sei de cor. Eu não conheço todas as...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Duas, três pessoas que V.Sa. lembra o nome?

O SR. GUIDO MANTEGA - Duas, sim. Por exemplo, o Marcelo, uma advogada que está aqui. O BNDES também coloca assessoria jurídica para os ex-Presidentes. Faz parte, temos direito a isso, etc.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Algum diretor?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, nenhum.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Só assessoria técnica?

O SR. GUIDO MANTEGA - Só assessoria técnica.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ninguém com cargo público direto? V.Sa., desde que soube da sua convocação, não teve nenhuma reunião com alguém desses cargos comissionados?

O SR. GUIDO MANTEGA - Diretores, não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Diretor, Presidente, vice?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não? V.Sa. confere com a questão da resolução que dispensa oferecimento de garantia?

O SR. GUIDO MANTEGA - Bom, mas ela não está conectada com a sua primeira afirmação.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Como?

O SR. GUIDO MANTEGA - O senhor disse: "Transformar a gestão do banco em contratos com possíveis fraudes, etc., etc..."

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não. A pergunta é a seguinte: V.Sa. foi autor dessa resolução? Sim ou não?

O SR. GUIDO MANTEGA - Um dos autores do Conselho Monetário Nacional. É um Conselho, e fomos sim para facilitar a exportação para países muito pobres.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Conselho que V.Sa. presidia.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim. Depois, em 2008, com a Resolução 3.615, V.Sa. flexibiliza a exportação, a exposição do setor petrolífero, que ajuda na negociação que vai, futuramente, levar cerca de 60 bilhões de reais à PETROBRAS. Sim ou não?

O SR. GUIDO MANTEGA - Exportações do setor petrolífero. Essa aí...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Exposição, exposição.

O SR. GUIDO MANTEGA - Esta eu... Aumentou a exposição...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso.

O SR. GUIDO MANTEGA - ... do banco, sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim.



O SR. GUIDO MANTEGA - ... para permitir que a PETROBRAS pudesse tomar mais crédito e fazer investimentos. Correto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Depois, em 2012, V.Sa. faz uma resolução para prorrogar indefinidamente os pagamentos ao BNDES, que, mais tarde, vieram a ser colocados como a questão das pedaladas, e o TCU acabou barrando essa resolução. V.Sa. reconhece isso?

O SR. GUIDO MANTEGA - Pagamentos indefinidamente não. Na verdade, se fixou um prazo para os pagamentos, não indefinidamente. Foi uma portaria que fixou um prazo. É assim: a lei que gerou, que criou o PSI, estabeleceu que o Ministério da Fazenda estabeleceria condições de prazo para o pagamento do subsídio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, não era uma resolução para prazos indefinidos?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não era para prazos indefinidos. Praticamente dava uma carência igual à carência que o BNDES dá para o tomador do crédito.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O texto é o seguinte: a Portaria nº 278, de 2012, permite prorrogar subvenções do Programa de Sustentação dos Investimentos — PSI, criados na Lei nº 12.096, de 2009, por prazos... prorrogar indefinidamente os pagamentos ao BNDES.

O SR. GUIDO MANTEGA - Ah, sim! Isso aí é a reestruturação da dívida.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso.

O SR. GUIDO MANTEGA - Então, ao longo do tempo, foram feitas algumas reestruturações, no caso, para deixar o BNDES em uma situação mais confortável com, digamos, a disponibilidade de crédito. Foram feitas várias reestruturações de modo que o fluxo de caixa do BNDES estivesse batendo...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. reconhece ter sido autor dessa resolução? Sim?

O SR. GUIDO MANTEGA - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O.k. Então, na realidade, Ministro, o que se percebe é uma preparação do banco para essa nova etapa. O banco, que antigamente tinha uma questão de valores entre 40 bilhões, chegou a ter um movimento de 450 bilhões. Depois da sua gestão e da alteração dessas resoluções que V.Sa. fez, V.Sa. modificou a maneira como o banco prestava a questão dos



empréstimos, que acabaram levando, depois com um montante muito maior, à questão desses contratos, e muitos deles vieram a ter corrupção.

Pergunto: V.Sa. tem algum contato com empresas beneficiadas, por exemplo, Odebrecht?

O SR. GUIDO MANTEGA - Sim. A Odebrecht era uma das maiores... é uma das maiores companhias nacionais e, portanto, eu tive reuniões com todos os grandes empresários, praticamente, inclusive com a Odebrecht, mas não para tratar questões de financiamento do BNDES. Aqui acho que houve...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Está contanto o meu tempo errado aí.

O SR. GUIDO MANTEGA - Se posso responder, Deputado, o senhor juntou duas coisas indevidamente. O senhor partiu da premissa de que houve uma modificação do funcionamento do BNDES...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas essa não foi minha pergunta, Ministro. Como o meu tempo é curto, eu gostaria que V.Sa. respondesse a pergunta que eu estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. vai ter mais 7 minutos pela Liderança.

O SR. GUIDO MANTEGA - Posso esclarecer?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Gostaria que respondesse às minhas perguntas.

O SR. GUIDO MANTEGA - Mas aí não fica claro. Quer dizer, o BNDES não modificou a sua forma de liberar empréstimos. Tem uma tramitação dentro do banco, que foi mostrada aqui pelo Luciano Coutinho, que mostra exatamente quais são as instâncias, como é que libera, como é que aprova, qual é a garantia, quais são as instâncias todas colegiadas e como é que chega. Então, isso, que eu saiba, não foi modificado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se V.Sa. permite-me, eu gostaria de discordar de V.Sa., porque, quando V.Sa. fala de garantias, exatamente houve uma resolução de V.Sa. para que pudesse ter sido modificada essa questão de garantias, ou seja, modificou. Se V.Sa. permite-me, foi flexibilizada a exposição do setor petrolífero. Quer dizer que antes não poderiam ter sido feitos os valores que foram feitos com a PETROBRAS; só foram possíveis a partir da sua resolução. Então, não



dá para que a gente possa dizer que não foi modificado, porque foi. Se não fosse, para tanto, não seria necessário terem sido feitas as resoluções que V.Sa. empreendeu.

O SR. GUIDO MANTEGA - Posso responder?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por favor.

O SR. GUIDO MANTEGA - Então, em relação às garantias, nós estamos falando de uma milimétrica operação de exportação de pequenos países, pequenas exportações de países. Isso aqui deve ser... Se todas as operações de exportação do banco representavam 5%, isso é um percentual desses 5%. Portanto, não muda a estratégia, 1% não muda a estratégia do banco. A segunda questão é que, simplesmente, a PETROBRAS estava empreendendo um grande programa de expansão, o pré-sal, ela precisava de recursos para fazer os investimentos, e havia uma norma do Banco Central que dizia que você não podia emprestar mais do que 25% do seu patrimônio. Então, isso estava impedindo que a PETROBRAS — então, não é uma questão do Banco — pudesse continuar a fazer os seus investimentos, e foi mudado. Agora, a forma como liberava o investimento, como escolhia a empresa que pode fazer, isso não modificou, era a mesma sistemática. Apenas se abriu a possibilidade para fazer... Isso foi exclusivamente, se não me engano, para a Vale e a PETROBRAS. Quer dizer, a regra é geral, mas quem estava nessas condições, se não me engano, eram essas empresas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, V.Sa. admite ter-se encontrado várias vezes com as empresas que estão envolvidas na Lava-Jato, mas nunca para tratar, por exemplo, da questão dos empréstimos no BNDES?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu não falei da Lava-Jato. O senhor mencionou uma pessoa...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Uma grande empresa?

O SR. GUIDO MANTEGA - É. Uma grande empresa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. falou todas as grandes empresas.

O SR. GUIDO MANTEGA - É, eu me reuni com todas as grandes empresas ao longo de 9 anos. Portanto, também devem ter entrado pessoas que estavam na questão da Lava-Jato, sim. Essa é a resposta.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, quer dizer que V.Sa. esteve em várias reuniões, por diversas vezes, durante os 9 anos, e nunca foi tratado desse assunto com V.Sa.?

O SR. GUIDO MANTEGA - Tratado do assunto do BNDES, não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não? De maneira nenhuma?

O SR. GUIDO MANTEGA - De maneira nenhuma. Tratado assim, por exemplo, a questão das concessões de infraestrutura... As questões de concessão, o projeto que foi lançado em 2012... Esse programa implicava ter financiamento para se viabilizar, que é a construção de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e tudo mais. Era preciso que entrasse um financiamento de longo prazo nesse caso. Então, foi discutido com as empresas interessadas como viabilizar um financiamento. Foram chamados os bancos privados e os bancos públicos, o BNDES estava presente. Então, foi discutido como financiar essas operações de concessões, operações que tinham, digamos, uma concorrência forte. Todas elas reduziram o preço durante a concorrência. Então, essas reuniões ocorreram...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, V.Sa. considera-se responsável pelos empréstimos que aconteceram?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu não me considero responsável, porque os empréstimos são de responsabilidade do ente que faz o empréstimo. Nós estávamos...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. disse que participou das reuniões.

O SR. GUIDO MANTEGA - Nós estávamos gerando um programa. Tentamos gerar um programa onde os bancos privados pudessem atuar com os bancos públicos, porque, para fazer um programa de concessões de grande porte, é preciso financiamento, porque, senão, ele não se viabiliza. Agora, quem viabiliza os empréstimos, se quiserem, são os bancos públicos e os bancos privados. Depois, o que aconteceu eu não sei, você não se envolve com a especificidade, você faz uma regra geral. A regra geral serve para todos. É isso o que foi feito.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ou seja, tudo isso que aconteceu de empréstimos de alto volume foi tratado diretamente pelo Governo.

O SR. GUIDO MANTEGA - Não. Estou falando de empréstimos, de programa de concessões. Nesse programa de concessões, o Governo preparou um programa



de financiamento, sem o qual não se viabilizariam, digamos, preparou, estabeleceu algumas regras, e, depois, essa é uma relação do setor privado com o setor financeiro. O Governo não definiu nada, não se meteu, não escolheu etc.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu não entendi. Então, por que foram feitas as reuniões de V.Sa. com esse setor, já que o Governo não fez nada?

O SR. GUIDO MANTEGA - O Governo procurou estabelecer um programa de financiamento, que não existia. Sem o financiamento, não viabilizavam essas concessões. Então, o Governo chamou os bancos privados e falou: *“Olha, vocês têm que participar. É importante para o País. Vai ter uma rentabilidade de longo prazo.”* Todo mundo queria as concessões. As concessões eram uma prioridade de todo mundo, acho que ninguém é contra concessão de infraestrutura. Em função disso, foram feitas várias discussões, e, quando nós achamos que as discussões... Participou também o órgão — como é que chamava? — SINECON, o sindicato das empreiteiras, e tinha várias delas: grandes, pequenas, médias e tudo mais. Uma vez, digamos, definido o que era viável, então, o Governo saiu fora (*sic*). Aí tiveram as licitações, e cada empresa vai buscar o seu financiamento por sua conta nas suas condições.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. considera-se amigo de alguns dos presidentes das principais empresas que foram presos?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, não sou amigo de nenhum deles.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem algum contato direto com algum deles, seja no seu telefone particular, na sua casa, no seu dia a dia?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não. Pode ser que algum telefone meu tenha sido passado para um outro, mas não costumo receber telefonemas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa.... Quem indicou V.Sa. para assumir o banco, o BNDES, a presidência do BNDES?

O SR. GUIDO MANTEGA - O Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Depois que V.Sa. saiu, quem indicou o Sr. Demian Fiocca?

O SR. GUIDO MANTEGA - Ele era meu Vice-Presidente, então praticamente foi quase que automático ele permanecer lá.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. se recorda se, antes de ele assumir, V.Sa. teve uma reunião com Presidente Lula, antes de ele assumir o cargo?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, não me recordo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não se recorda se teve?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não me recordo. Pode ser que tive, não me recordo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então V.Sa. nomeia um Presidente do BNDES como seu sucessor, como Ministro da Fazenda, e não se recorda se teve reunião com ele?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, eu não nomeio; quem nomeia é o Presidente, quem tem o poder de nomear é o Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. entende como alguém que o indicou para assumir o cargo?

O SR. GUIDO MANTEGA - Poderia e indicaria. Não lembro se indiquei, mas indicaria perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não! Como que V.Sa. não lembra?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, porque a escolha é do Presidente. O Presidente tem várias ideias na cabeça, que eu não sei quais são. Então eu o indicaria, sim, porque era um excelente...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, o fato aconteceu, Ministro. V.Sa. até me perdoe, mas o fato aconteceu. Foi indicado para ser Presidente do banco.

O SR. GUIDO MANTEGA - Foi indicado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. o indicou ou não? É uma pergunta simples.

O SR. GUIDO MANTEGA - É que eu não me lembro, mas eu indicaria, então pode dizer que eu o indiquei. Mas, a rigor, eu não me recordo, mas era um excelente funcionário e merecia, estava à altura...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. permite-me discordar, porque realmente é muito difícil nesse momento acreditar que V.Sa. indicaria ou não indicou, quer dizer, eu gostaria de uma resposta mais certa. V.Sa. chegou para o



Presidente Lula e disse: “*Olha, vamos indicar o Demian Fiocca para continuar*”, sim ou não?

O SR. GUIDO MANTEGA - É que eu fiz 200 conversas com o Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas não é todo dia que troca um Presidente do BNDES, V.Sa. concorda?

O SR. GUIDO MANTEGA - É verdade! Mas eu digo que não tem nenhum problema que eu tenha indicado; quer dizer, eu gostaria de indicá-lo, e se fosse hoje indicaria. Então, qual é a diferença? Não estou entendendo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não! A diferença é grande, porque se V.Sa. indicou-o ou o indicaria é uma grande diferença.

O SR. GUIDO MANTEGA - Não! Talvez eu tenha indicado, não posso...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Talvez?

O SR. GUIDO MANTEGA - É, não me lembro precisamente, mas não vejo qual é a diferença.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Todo dia que troca um Presidente do BNDES, V.Sa. lembra ou não lembra se indicou o Presidente do BNDES?

O SR. GUIDO MANTEGA - É, mas...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É algo comum?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, mas ele tem... tinha a minha confiança e tinha as condições de assumir perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu estive com o Presidente Demian Fiocca, e ele também, coincidentemente, não lembra se teve a reunião com o Presidente Lula; se foi V.Sa. que o indicou ou não. Eu esperava que V.Sa. pudesse me elucidar nessa situação. “*Não*”? Essa é a sua resposta definitiva?

O SR. GUIDO MANTEGA - É.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nós poderíamos então pedir um requerimento para que pudéssemos ver a agenda de V.Sa.; ver se teve uma reunião precedente à assunção dele à presidência; ver se teve de fato uma reunião ou não com Presidente Lula junto com... vocês três.

O SR. GUIDO MANTEGA - Bom, poderia e ia detectar que tinha ene reuniões, não tinha uma. Porque eu me reunia quase todo dia — nós estamos



falando quando eu, Ministro da Fazenda, quando me tornei Ministro da Fazenda; e o Ministro da Fazenda tem reuniões cotidianas, então não ia explicar nada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então quer dizer: V.Sa. troca de cargo, assume um outro Presidente e não tem uma reunião entre vocês três sobre esse assunto?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, porque o Demian Fiocca já estava lá...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, não teve?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu não me lembro, eu não posso afirmar algo que eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, vamos solicitar sua agenda, não é? Porque eu acho que assim a gente pode ajudar V.Sa. a lembrar.

Depois que o Demian saiu, houve o Luciano Coutinho. V.Sa. se lembra se foi V.Sa. que o indicou, ou não?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não, não fui eu que indiquei o Luciano Coutinho.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O Luciano, V.Sa. lembra exatamente que não foi. O Demian, V.Sa. não lembra?

O SR. GUIDO MANTEGA - É.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É? Memória boa.

O SR. GUIDO MANTEGA - São casos diferentes.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É, muito diferentes, os dois foram Presidentes do banco, e é uma diferença enorme.

O SR. GUIDO MANTEGA - É porque o Demian nem precisava. O Demian...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas teve um momento em que ele assumiu como vice-interino e depois ele foi homologado.

O SR. GUIDO MANTEGA - O Demian era meu Vice-Presidente, ele estava lá, estava bem no banco, era quase que natural que ele continuasse. Eu nem sei se tinha que...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E por que ele saiu, então?

O SR. GUIDO MANTEGA - Ah, bom! Ele saiu, acho, quando terminou... Aí, não sei, porque não era mais a minha área de competência.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quer dizer que o Ministro da Fazenda não tem nada a ver com a decisão do BNDES?



O SR. GUIDO MANTEGA - Não. Eu só tive alguma eventual influência quando estava saindo do BNDES. Então, posso atestar que o funcionário é um bom funcionário; mas, quando eu fui para a Fazenda, a prerrogativa passou a não ser mais do Ministério da Fazenda, porque o BNDES está submetido ao MDIC.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, V.Sa. não se lembra por que ele saiu? Esse assunto não foi do seu conhecimento?

O SR. GUIDO MANTEGA - Eu acho que venceu... começou uma outra gestão, não é? Eu não me lembro de quando ele saiu exatamente: se ele saiu em 2006, quando terminou o mandato, e começou outro mandato. Francamente, não me lembro.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na última semana, houve algumas notícias sobre a relação de V.Sa. com o Sr. Sandri, conhecido também como tenista ou italiano. V.Sa. conhece esse Sandri?

O SR. GUIDO MANTEGA - Conheço. Foi um construtor que eu conheci nos anos 90. Nós tivemos, conforme está na *Folha de S.Paulo*, uma relação comercial: a minha família tinha uns imóveis, e ele fez duas incorporações. E foi só isso. Antes de...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. não tem contato de amizade com ele?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não tenho contato de amizade com ele. Antes...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Telefone, *e-mail*, reuniões, idas à sua casa, saída com mulheres, jutos, família? (*Risos.*)

O SR. GUIDO MANTEGA - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. já o chamou alguma vez como tenista ou italiano? Sabia desse apelido que ele tinha?

O SR. GUIDO MANTEGA - Olhe, houve apenas uma vez que nós estivemos na casa dele, em 2007...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ah! Está bem.

O SR. GUIDO MANTEGA - ...porque ele tinha casa, em Ibiúna, perto de onde a gente tem casa. E isso foi absolutamente noticiado, está certo?



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. costuma muito ir à casa de pessoas de quem V.Sa. não é amigo?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não. Foi uma única vez, porque ele tinha feito um trabalho durante vários anos, então, tinha um conhecimento...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Um trabalho de quê?

O SR. GUIDO MANTEGA - Da incorporação. Ele tinha uma construtora e fez uma incorporação.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então a relação de V.Sa. com ele é estritamente de negócios.

O SR. GUIDO MANTEGA - Exatamente. Foi, não é? Foi. E aí, em 2007, início do ano de 2007, houve esse evento, e foi a única vez que houve um jantar, a única vez. Portanto, não dá pra caracterizar...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. não tem outros negócios com ele?

O SR. GUIDO MANTEGA - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não conhece nenhum outro tipo de relacionamento, negócio? E nunca lhe procurou para fazer nenhum outro tipo de relacionamento ou outro tipo de negócio?

O SR. GUIDO MANTEGA - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa., também, em 2011, alterou o regimento interno para permitir que um auditor fiscal aposentado pudesse assumir o CARF. V.Sa. confere com essa alteração?

O SR. GUIDO MANTEGA - Foi para que o ex-secretário da Receita pudesse assumir o CARF.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso.

O SR. GUIDO MANTEGA - Sim. Foi por isso, sim. Confere.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E V.Sa. nega qualquer envolvimento nas irregularidades do CARF?

O SR. GUIDO MANTEGA - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não possui nenhuma relação com os envolvidos, que foram presos na última autuação?

O SR. GUIDO MANTEGA - Nenhuma relação.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Telefone, *e-mail*, saída com mulheres, família?

O SR. GUIDO MANTEGA - Não. Absolutamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Bom, Presidente, eu gostaria de agradecer os esclarecimentos do Sr. Ministro Guido Mantega; e gostaria, também, de solicitar que pudéssemos ter acesso, como foi negado pela Polícia, à questão dos sigilos do Sr. Ministro: telefônico, de *e-mail*, de celular, fiscal e, também, da agenda dele com todas as reuniões, para que possamos confirmar todas as explicações que ele deu aqui, algumas para rememorar, quando a memória dele falhou, e outras para comprovar que ele falou a verdade. Eu tenho certeza de que ele conseguiu nos responder aqui.

Poderemos, através desse requerimento, dirimir qualquer eventual dúvida, e ele poderá, através dessa quebra de sigilo, comprovar toda a sua idoneidade e sair desta CPI, eu acredito, com todas as dúvidas dirimidas sobre a sua conduta. Eu tenho certeza de que isso, inclusive, ajudará a esclarecer todas as situações.

Eu agradeço pela minha participação e me dou por satisfeito quanto às respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio. V.Exa. pode ficar à vontade, como membro desta CPI, para oficializar a solicitação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - É isso. Teria que ser aprovado aqui pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sim.

Eu concedo a palavra a V.Sa., Ministro — sei que também tem compromissos a serem cumpridos, já são 19 horas —, por 2 minutos, para que V.Sa. possa fazer as suas considerações finais.

O SR. GUIDO MANTEGA - Obrigado, Sr. Presidente. Mas acho que, ao longo desta nossa sessão, nós tivemos oportunidade de dizer tudo o que pensávamos a respeito do BNDES; da relação com o Tesouro; do papel que tivemos na crise; qual foi, digamos, o resultado desse trabalho em relação ao emprego, ao investimento. Pelo adiantado da hora, eu me dou por satisfeito. E queria agradecer muito à CPI pela oportunidade de vir aqui e falar dessas questões. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós que agradecemos a presença importante de V.Sa. Sem dúvida alguma, colaborou bastante para que as Sras. e Srs. Parlamentares pudessem ter acesso e esclarecimento a respeito das dúvidas que pairavam, a respeito do trabalho que V.Sa. desempenhou à frente do BNDES. Obviamente que aquelas dúvidas que persistirem, nós haveremos, como fez o Deputado Caio Narcio, de colocar em votação. Agradeço a V.Sa.

Sobre a mesa há requerimento endereçado ao Presidente:

“Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito ex officio a V.Exa. a retirada da reclamação de minha autoria.

Atenciosamente, Deputado André Moura — PSC de Sergipe.”

Está deferida a solicitação do Deputado André Moura, que retira a reclamação contra o processo da última votação deliberativa por parte desta Comissão.

Agradeço a presença das Sras. e dos Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima quinta-feira, dia 29 de outubro, às 9 horas, em plenário a ser definido, para oitiva do Sr. Nelson Sampaio Bastos, Presidente da empresa LBR Lácteos.

Está encerrada a presente reunião.